

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE ENSINO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
CURSO DE FILOSOFIA

ANA RUTH PEREIRA PADILHA

O PROBLEMA DO LIVRE-ARBÍTRIO EM SANTO AGOSTINHO

São Luís
2022

ANA RUTH PEREIRA PADILHA

O PROBLEMA DO LIVRE-ARBÍTRIO EM SANTO AGOSTINHO

Monografia apresentada ao Curso de
Filosofia da Universidade Estadual do
Maranhão para o Grau de licenciatura
em Filosofia

Orientador: Prof. Dr. José Carlos de
Castro Dantas

São Luís
2022

Padilha, Ana Ruth Pereira.

O problema do livre-arbítrio em Santo Agostinho / Ana Ruth Pereira Padilha. – São Luís, 2022.

51 f

Monografia (Graduação) - Curso de Filosofia, Universidade Estadual do Maranhão, 2022.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos de Castro Dantas.

1.Homem. 2.Mal. 3.Livre-arbítrio. 4.Deus. 5.Graça. I.Título.

CDU: 141.5

ANA RUTH PEREIRA PADILHA

O PROBLEMA DO LIVRE-ARBÍTRIO EM SANTO AGOSTINHO

Monografia apresentada ao Curso de
Filosofia da Universidade Estadual do
Maranhão para o Grau de licenciatura em
Filosofia

Aprovado em: 09/01/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Carlos de Castro Dantas (Orientador)
Professor do Departamento de Filosofia/UEMA

Profa. Ma. Fabiola da Silva Caldas
Professora Substituta do Departamento de Filosofia /UEMA

Prof. Me. Luís Magno Veras Oliveira
Professor de Departamento de Filosofia/UEMA

A mim (Ana Ruth), pelo incentivo pela
força e companhia nos dias de luta e
solidão para a realização deste
trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me concedido chegar até aqui e, com sua infinita misericórdia me ajudou a realizar a minha tão esperada e difícil conquista.

A minha mãe e a minha vó, que juntas me criaram me educando, incentivando e apoiando para a realização dos meus sonhos.

Ao meu namorado, amigo e companheiro de todas as horas Elisson, que esteve comigo desde o começo dessa caminhada, me apoiando, incentivando, me estimulando, me defendendo, me ajudando de todos os sentidos, acreditando em mim e me fazendo me sentir a mulher mais inteligente e amada do mundo.

A toda coordenação do curso de filosofia, em especial a secretária Lindanir, por acreditar em mim, por todo incentivo e encorajamento em todos os momentos.

Ao meu orientador, Prof. Dr. José Carlos de Castro Dantas, por toda paciência, disponibilidade, compreensão e apoio na realização desde trabalho.

Os professores de Curso de Filosofia por todos os ensinamentos, compartilhamentos de conteúdos e pelos momentos de alegria que passamos juntos ao longo do curso.

As instalações físicas da Biblioteca Central da UEMA, que foram muito importantes para a conclusão deste trabalho.

A primeira turma do curso de filosofia pela amizade, acolhimento e companheirismo que tivemos uns com os outros até aqui.

A minha amiga Regina, que esteve comigo nos dias mais turbulentos e escuros me dando apoio, incentivo e me alegrando quando era preciso.

A todos aqueles que não acreditaram em mim e na filosofia, pelas palavras sem nenhum valor que nos fizeram, nem pensar em desistir.

*“Prometi, mostrar-lhe que há um Ser,
muito mais sublime do que nosso espírito
e a nossa razão. Ei-lo: é a própria
Verdade!”*

Santo Agostinho

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo apresentar uma análise sobre o problema do livre-arbítrio de Santo Agostinho que se estende até os dias atuais. Agostinho escreveu um tratado intitulado *O livre-arbítrio*, no qual, através de um diálogo, se dedicou a responder problemas que já estavam presentes em sua vida desde de sua juventude. Dessa forma, este tratado foi objeto principal para responder o problema: Deus criou o homem e todas as coisas, logo é o autor do livre-arbítrio, então, a rigor, será Deus o autor do mal? Estudos profundos sobre essa problemática se dispuseram a investigar as razões contextuais e objetivas que empreendem a investigação agostiniana sobre o livre-arbítrio, da mesma maneira que buscou encontrar os fundamentos teóricos-argumentativos pelos quais subjaz a tese e por fim investigar de que forma a Graça se associa ao livre-arbítrio da vontade.

Palavras-chave: Homem; Mal; Livre-arbítrio; Deus; Graça.

ABSTRACT

This research aims to present an analysis of St. Augustine's problem of free will that extends to the present day. Augustine wrote a treatise entitled *Free Will*, in which, through a dialogue, he dedicated himself to answering problems that had been present in his life since his youth. In this way, this treatise was the main object to answer the problem: God created man and all things, therefore he is the author of free will, so, strictly speaking, is God the author of evil? In-depth studies on this problematic have set out to investigate the contextual and objective reasons which undertake the Augustinian investigation on free will, in the same way as it sought to find the theoretical-argumentative foundations by which the thesis underlies and finally to investigate how Grace is associated with the free will.

Keywords: Man; Evil; Free-will; God; Grace.

Sumário

1.	INTRODUÇÃO	11
2.	CAPÍTULO 1. RAZÕES CONTEXTUAIS E OS PRESSUPOSTOS DA INVESTIGAÇÃO SOBRE O LIVRE-ARBÍTRIO.....	13
2.1.	A vida de Agostinho.....	13
2.1.1.	Da infância à juventude.....	14
2.1.2.	As respostas para suas preocupações	17
2.1.3.	Corrente filosófica: neoplatonismo.....	18
2.1.4.	A conversão	20
2.2.	As razões contextuais ao <i>Libero Arbitrio</i>	21
2.2.1.	Seria a matéria essencialmente má?	22
2.3.	As razões objetivas para discorrer sobre o livre-arbítrio	24
2.3.1.	A resposta aos maniqueístas.....	24
3.	CAPÍTULO 2 - FUNDAMENTOS TEÓRICO-ARGUMENTATIVOS DA CONCEPÇÃO AGOSTINIANA ACERCA DO LIVRE-ARBÍTRIO	26
3.1.	O problema do mal	26
3.1.1.	O mal nas ações humanas	28
3.1.2.	A vontade e o mal voluntário	30
3.1.3.	A faculdade da razão torna o homem imputável por suas ações	32
3.2.	O livre-arbítrio é um bem que Deus deu ao homem.....	33
3.2.1.	Como o livre-arbítrio se volta para o mal	34
3.2.2.	O livre-arbítrio é um bem em si mesmo	36
4.	CAPÍTULO 3 - O LIVRE-ARBÍTRIO E A GRAÇA	40
4.1.	A doutrina da Graça.....	40
4.1.1.	A doutrina da graça e o livre arbítrio	42
4.2.	O homem e a graça	44
4.2.1.	A condição de ambivalência do homem	45
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
	REFERÊNCIAS.....	50

1. INTRODUÇÃO

Agostinho fora o filósofo mais influente entre a Patrística e o período medieval, tanto, que suas teorias sobre a vontade, tempo e eternidade, o problema do mal e do livre-arbítrio, que é objeto de estudo deste trabalho, se estenderam até os dias atuais. Os debates acerca do livre-arbítrio surgiram logo depois que Santo Agostinho precisou defender-se do maniqueísmo, uma seita da qual ele era membro, escrevendo assim, a obra *O livre-arbítrio*. A obra foi iniciada em 388, mas só fora terminada em 395, à época que Agostinho fora ordenado padre em Hipona. A mesma trata-se de um diálogo de Agostinho com seu amigo Evódio, que juntos discutem acerca do livre-arbítrio e também os parâmetros que acompanham ou iniciam essas problemáticas, isto é, o problema do mal, sua origem no homem e o livre-arbítrio.

Ademais, Agostinho fora levado a debater determinados problemas como, o problema do mal e do livre-arbítrio, pois existiam razões contextuais e objetivas que o levavam à essas investigações, no contexto em que ele estava inserido. Desde o início de sua vida, ele já havia sido desafiado pelas suas dúvidas e quando jovem, suas decisões foram, digamos, drásticas, ao passo que ele adentrou na seita maniqueísta. Essas discussões foram mais intensas quando ele se dispôs a escrever tratados, alguns antes e outros depois de sua conversão ao catolicismo.

Das várias razões que Agostinho tivera, a maioria delas, tinham o objetivo de sanar dúvidas que, frequentemente, atormentavam sua mente jovem e também na sua vida adulta. O problema do mal, fora um problema não só no contexto de Agostinho, mas também em épocas que sucederam ele e ainda está presente nos dias atuais. Das contribuições que Agostinho tivera para lidar com tais questões, encontram-se a dos neoplatônicos, mas especificamente, com Plotino, que fora um dos fundadores do neoplatonismo na antiguidade. Com Plotino, Agostinho passou a ter uma visão diferente dos maniqueístas acerca do mal como substancia; a partir daí ele via Deus como fonte única do bem e o mal deixou de ser uma substancia.

A saber, o problema do mal, tem em si alguns outros problemas contidos, como o problema da autoria do próprio mal. Se Deus criou o homem e o homem pratica o mal, Deus é o autor do mal? Segundo Agostinho, Deus deu ao homem muitos dons, assim como a vida e, diante de sua grandeza: onisciência, onipotência e onipresença; Ele sabe tudo o que o homem tende a fazer, ainda assim, concedeu ao homem o livre-arbítrio, para que ele possa escolher, a partir da sua vontade, o caminho que delibera seguir. Com efeito, o livre-arbítrio está atrelado

ao problema do mal, porque o mal é uma possibilidade do homem, que não é nem mau nem bom, pois ele tente para as duas coisas.

Não obstante, é necessário um aprofundamento acerca do problema do livre-arbítrio, pois para Agostinho, é unicamente por ele, que o homem peca. Assim sendo, resta a dúvida: Por ter sido dado por Deus, o livre-arbítrio é um bem? Pois, se é por ele que o homem peca, não seria melhor se Deus não o tivesse dado? Tal questão é respondida por Agostinho, na medida em que ele classifica os bens, doados por Deus ao homem, como pequenos, médios e grades bens ao passo que, o livre-arbítrio, é um bem médio pois, esse tem a possibilidade do mal, tanto que é um dom, haja vista ter também a possibilidade do bem.

Destarte, para Agostinho, o livre-arbítrio é um bem em si mesmo; é pelo livre-arbítrio que o homem pode agir retamente e viver conforme os preceitos divinos, ainda que por ele o homem possa pecar, ele é um bem. Com efeito, os bens maiores, são os que o homem possui e que não o possibilitam de fazer o mal e/ou agir mal. Ao passo que o livre-arbítrio é um bem, uma vez que foi Deus quem o concedeu e por ele o homem pode escolher agir retamente.

Ademais, o homem ocupa um lugar mais elevado na escala de seres criados por Deus. Diferente dos animais e das plantas, o homem entende e por ele entender, possui a faculdade da razão. Por ela, ele sabe que vive, reconhece Deus como seu criador, isto é, sabe que Deus existe e esses atributos que a razão lhe oferece, torna-o responsável por todas suas ações. Ora, ainda que o homem seja criatura de Deus, ele possui todos os aparatos para que viva com retidão e o livre-arbítrio o possibilita poder escolher entre boas ações ou más ações, ao passo que se ele escolhe boas ações, está agindo de acordo com os preceitos divinos, por outro lado, se ele escolhe realizar más ações, deve ser responsabilizado e, conseqüentemente, será punido.

A responsabilidade que o homem atribui a Deus pelas suas ações, existe porque Deus por ser o Sumo bem, não pode ser outra coisa, senão justo e é pela justiça, assim como, pela sua infinita bondade que Deus deu ao homem o livre-arbítrio, onde ele pode fazer suas próprias escolhas. Mas é somente porque Deus é justo, que responsabiliza o homem, pois a doação do livre-arbítrio já é, em si, uma demonstração da justiça de Deus para com o homem e, essa justiça se concretiza, quando, por escolha, isto é, agindo, pela sua vontade e através de seu livre-arbítrio, o homem comete más ações.

Ainda assim, esse homem possui a graça, que também foi dada a ele por Deus e que é um bem, mas este o é, de maneira gratuita, pois o homem não precisa da graça por merecimento, ele já a possui, pois Deus lhe doou esse dom. Com efeito, o homem não pode ser

perdoado sem que seja pela graça, pois não possui aparatos para que seja perdoado sem o auxílio divino, isto porque o homem não possui mais o estado da primeira natureza (Adão), onde ele não pecava e, conseqüentemente, não sofria as dores do mundo, vivia em perfeição plena. Porém com a queda, o homem saiu desse estado, precisando da graça para que fosse perdoado.

Com efeito, no intento de analisar, de maneira detalhada, o livre-arbítrio de Santo Agostinho, esse trabalho buscou as razões contextuais, assim como, os pressupostos que instigaram o bispo de Hipona a investigar o livre-arbítrio. Com a mesma finalidade destacamos os pressupostos que o levaram a defender a tese da liberdade humana firmemente, desde o problema do mal até a defesa árdua acerca do livre-arbítrio com um dom. Do mesmo modo, buscamos os pressupostos que associam o livre-arbítrio com a doutrina da graça, de forma que fosse analisado o contexto de Agostinho ao defender tal associação.

2. CAPÍTULO 1. RAZÕES CONTEXTUAIS E OS PRESSUPOSTOS DA INVESTIGAÇÃO SOBRE O LIVRE-ARBÍTRIO

2.1.A vida de Agostinho

Existiram na vida de Agostinho, antes de sua conversão, razões que o levaram a escrever importantes obras como: *Contra acadêmicos* (386), *Sobre a vida feliz* (386) e *Solilóquios* (387) e também discorrer sobre temas relevantes como o do problema do mal e da liberdade humana. O que parece, é que para Agostinho, essas razões eram suficientes para que ele pudesse sanar dúvidas que, desde sua infância, lhe atormentaram.

Desde criança Agostinho de Hipona já se vira com aptidão para a filosofia¹ e isso fez com que ele repelisse a cristandade e a considerasse como algo irracional. Todavia, sua mãe Mônica era uma cristã fervorosa, ao passo que seu pai, Patrício, era pagão. O que explica porque agostinho se batizou quando adulto e explica também, o fato dele não ter se convertido ao catolicismo ainda jovem.

Ademais, a crença de sua mãe, fez com que ficasse mais atento para uma grande problemática como o problema do mal. E na busca pelo problema do mal, converteu-se ao maniqueísmo, assunto que mais a frente será explicitado, que respondia no primeiro momento seus questionamentos. Durante o tempo que Agostinho frequentava as seitas maniqueias, ele

¹(CONFISSÕES, 2002, p. 5)

sempre teve desconfiança com suas teses, muita coisa ainda não fazia sentido para ele. Sua mãe havia lhe falado sobre a bondade de Deus e ele não conseguia entender como alguém bom poderia fazer algo que tivesse uma parte mal.

Aurélius Augustinus, nasceu em 13 de novembro de 354, em Tagaste na cidade de Numídia na África, onde viveu sua infância e foi criado por sua mãe Mônica e seu pai Patrício. Sua mãe era uma cristã fervorosa, lhe educava de acordo com a sua fé, ao passo que seu pai era um pagão que só se convertera em seu leito de morte. Agostinho ainda teve dois irmãos, cujo os nomes não foram muito conhecidos.

Agostinho sempre demonstrara aptidão pela filosofia, ao passo que quando chegou a hora de ir para escola, com 11 anos, seus primeiros ensinamentos foram: gramática, aritmética, latim e grego, e ele se destacou por ser um excelente aluno. Depois passou a estudar Educação Geral, foi quando seu pai percebeu que ele poderia ser um homem de um poder aquisitivo mais elevado, diferente da situação que eles se encontravam naquele momento e, então, passou a fazer grandes esforços para que seu filho tivesse um futuro promissor.

2.1.1. Da infância à juventude

A primeira escola de Agostinho foi na aldeia onde recebeu conhecimentos de gramática, aritmética, latim e grego², língua que ele nunca dominara com eficácia. Sua família era humilde e quase não podia investir na sua educação, seus esforços foram válidos quando com 11 anos, depois de muito esforço do seu pai, Agostinho foi estudar Educação Geral em Madaura³ no ano de 365. Logo começou a brilhar entre seus colegas e seus mestres viam nele alguém com um futuro brilhante.

Além de uma criança de um futuro promissor e, devido aos ensinamentos de sua mãe Mônica, Agostinho foi também uma criança temente a Deus como é dito por ele nas *Confissões*:

Mas, por sorte, encontrei homens que te invocavam, Senhor, e com eles aprendi a te sentir, quanto possível, como a um Ser grande que podia escutar-nos e vir em nosso auxílio, embora sem a percepção dos sentidos. Ainda menino, pois, comecei a invocar-te como refúgio e amparo e, para te invocar, desatei os nós de minha língua; e, embora pequeno, te rogava já com grande fervor para que não me açoitassem na escola. E quando não me escutavas, o que servia para meu proveito os mestres, assim como meus próprios pais, que certamente não desejavam o meu mal, riam-se daquele castigo, que então era para mim grave suplício (AGOSTINHO, 2002, p. 24).

² “Eu ainda não conhecia nenhuma palavra daquela língua, e já me obrigavam com veemência, com crueldades e terríveis castigos, a aprendê-la. Na verdade, eu, ainda criança, também não conhecia nenhuma palavra de latim; contudo, com um pouco de atenção, o aprendi entre o carinho das amas, os gracejos dos que se riam e as alegrias dos que brincavam, sem medo algum nem tormento” (AGOSTINHO, 2002, p. 34).

³ Foi uma grande cidade romano-berbere e uma diocese da Igreja Católica no antigo estado da Numídia, na atual Argélia.

Mais tarde, Agostinho não mais se interessava pelos estudos, sua preferência era por jogos e teatro como sua diversão aos estudos que tanto havia lhe prometido progresso pela boca de seus mestres. Seu amor aos jogos e pelo teatro não só fazia com que ele se desviasse dos estudos como também fazia com que fosse punido por seus mestres. Ele deixara nessa época de viver de acordo com os ensinamentos religiosos de sua mãe Mônica que, como afirmado, havia lhe educado de acordo com sua fé cristã. Todavia, sua mãe havia retardado seu batismo, o que possibilitou a ignorância de Agostinho quanto aos dogmas essenciais do cristianismo, com a intenção de que ele pudesse aproveitar sua vida pagã e só se convertesse quando tivesse certeza e estivesse entregue, “pois a culpa dos pecados cometidos depois do batismo é muito maior e mais perigosa” (AGOSTINHO, 2002, p. 30).

Em sua adolescência, Agostinho dedicou-se aos prazeres do mundo. Em sua puberdade experimentou, como ele mesmo relata nas *Confissões*, desejos carnavais e, isso, conforme ele mesmo, o afastava de Deus e dos estudos, que foram interrompidos, pois seu pai não conseguira bancar seus estudos. Porém, outra vez fora chamado a Madaura, para estudar literatura e oratória. Seu pai havia investido na sua permanência em Tagaste. Todavia, ambição e interesse de Patrício não estava na vida de prazeres de Agostinho, mas sim em seus estudos, por ser um homem de pouco poder aquisitivo. Todos na cidade o elogiavam por tamanho sacrifício pelos estudos de seu filho, visto que isso não era comum nos outros pais.

Todos elogiavam muito meu pai, que gastava mais do que lhe permitia o patrimônio familiar, nas despesas necessárias para a permanência do seu filho longe de casa por motivos de estudos. Muitos outros cidadãos, bem mais ricos que ele, não se interessavam do mesmo modo pelos filhos. No entanto, meu pai não se preocupava em saber se eu crescia em teus olhos, meu Deus, e se vivia castamente, desde que fosse deserto; mas eu era deserto em relação a tua cultura, ó meu Deus, único e verdadeiro senhor do teu campo, que é o meu coração (AGOSTINHO, 2002, p. 48).

Porém, chegara uma época em que seus esforços não estavam mais sendo suficientes e os estudos de Agostinho foram novamente interrompidos, pois as necessidades domésticas haviam aparecido novamente e ele teve que voltar a morar com sua família. De certo que Agostinho tinha uma mente brilhante, mas seu retorno para casa fez com que “os espinhos da paixão subissem a sua cabeça” (AGOSTINHO, 2002, p. 48). Andava com seus companheiros nas ruas da Babilônia cometendo delitos, tais como o roubo das peras⁴, como é

⁴ “E eu quis roubar, e o fiz, não por necessidade, mas por falta de justiça e aversão a ela por excesso de maldade. Roubei de fato coisas que já possuía em abundância e da melhor qualidade; e não para desfrutar do que roubava, mas pelo gosto de roubar, pelo pecado em si. Havia, perto de nossa vinha, uma pereira carregada de frutos nada atraentes nem pela beleza, nem pelo sabor. Certa noite, depois de prolongados divertimentos pelas praças até altas horas, como de costume, fomos, jovens malvados que éramos, sacudir a árvore para lhes roubar os frutos. Colhemos quantidade considerável, não para nos banquetearmos, se bem que provamos alguns, mas para jogá-los aos porcos. Nosso prazer era apenas praticar o que era proibido” (AGOSTINHO, 2002, p. 51).

narrado por ele nas *Confissões* e também mentiras, que contava aos seus companheiros para que não fosse envergonhado por ser casto:

Nada era tão digno de censura quanto o vício; no entanto para não ser censurado, eu mergulhava ainda mais no vício; quando não me podia igualar a meus companheiros corruptos, fingia ter praticado o que não praticara, para não parecer desprezível pela inocência ou ridículo por ser casto (AGOSTINHO, 2002, p. 50).

Agostinho, porém, fora chamado novamente a Cartago para estudar literatura e retórica. Seu pai havia falecido e sua mãe era quem agora o ajudava nos estudos. Os estudos de Agostinho eram “chamados de liberais, tinham seu curso voltado para o foro litigioso, para se obter sucesso, e quanto mais fraude se comete mais glória se granjeia” (AGOSTINHO, 2002, p. 65). Sua inteligência e esperteza o fez ser o primeiro nas aulas de retórica e ele ficava cheio de vaidade pois, mesmo com sua inexperiência conseguia acompanhar o curso da disciplina.

As aulas de retórica lhe trouxeram primeiro contato com a filosofia, a obra de Cícero. A obra “é uma exortação a filosofia e se chama *Hortênsio*⁵” (AGOSTINHO, 2002, p. 66). As palavras de Cícero mudaram o pensamento e os sentimentos de Agostinho de maneira que ele, vida os preceitos divinos de outra forma. E com dezenove anos, apaixonou-se pela filosofia e dizia: “Ora, o amor da sabedoria, pelo qual eu me apaixonava com esses estudos, tem o nome grego de filosofia” (AGOSTINHO, 2002, p. 66).

Naquela época a filosofia era mais que uma disciplina intelectual, ela também dava conta da religião: “Já se iam séculos que a filosofia era cercada por uma aura religiosa. Ela implicava muito mais que uma disciplina intelectual. Era um amor à ‘Sabedoria’. A ‘Sabedoria’ consolava e purificava seus devotos; em troca, exigia abnegação e ajustes morais” (BROWN, 2020, p. 49). As palavras de Cícero fizeram Agostinho a amar a sabedoria e voltar-se para as Sagradas Escrituras Bíblicas⁶ em busca da Sabedoria. Agostinho se decepcionara, nessa época, com Escrituras Bíblicas; é que ele havia encontrado da obra de Cícero algo que pretendia encontrar na Bíblia:

O que senti nessa época, diante das Escrituras, foi bem diferente do que agora afirmo. Tive a impressão de uma obra indigna de ser comparada a majestade de Cícero. Meu orgulho não podia suportar aquela simplicidade de estilo. Por outro lado, a agudeza de minha inteligência não conseguia penetrar-lhe o íntimo. Tal obra foi feita para acompanhar o crescimento dos pequenos, mas eu desdenhava fazer-me pequeno, e, no meu orgulho, sentia-me grande (AGOSTINHO, 2002, p. 68).

⁵ É dito que a conversão de agostinho se deu através dessa obra.

⁶ “A bíblia era a pedra angular das comunidades cristãs da África. Era a espinha dorsal da igreja cristã, tão rígida e exigente quanto a antiga lei judaica e ‘a alteração de uma só de suas palavras deveriam ser computadas como o maior dos sacrilégios’. Era tratada como um manancial de decisões legais religiosas; e ser um verdadeiro cristão, significava, em termos muito simples, aceitar na íntegra essa ‘Lei, sem fazer perguntas embaraçosas’” (BROWN, 2020, p. 51).

Agostinho, com seus vinte anos, converteu-se a uma seita que foi particularmente atuante entre os estudantes semicristãos e a intelectualidade de Cartago, cujos missionários eram excepcionalmente fluentes e elegantes, gostavam de debates públicos; ademais, consideravam-se um grupo de cristãos radicais, conhecidos por maniqueus e, logo, se disseminou a fama dos mesmos. Fundado por Mani, um apóstolo de Cristo, o maniqueísmo era composto por um grupo de homens e mulheres empalidecidos pelo jejum e cercados por tabus complexos que haviam oferecido a Agostinho uma veracidade fraca sobre as Escrituras e os preceitos divinos (BROWN, 2020).

2.1.2. As respostas para suas preocupações no maniqueísmo

A busca de Agostinho por respostas para suas preocupações, aconteceu primeiramente com a sua conversão ao maniqueísmo, quando ele se perguntava: “Qual a causa de agirmos mal?” (AGOSTINHO, 2001, p. 68). O maniqueísmo era simples e drástico ao negar o Velho Testamento, alegando que as obras do Deus do Novo Testamento eram más, ao ponto que negavam também o sacrifício dos animais, porque acreditavam que eles participavam das substâncias divinas⁷. Em suma, as teorias do maniqueísmo consistiam na dualidade que existia no universo: o bem e o mal, o que poderia ser visto também como a luz e as trevas, ao passo que para eles o homem também possuía duas almas e cada alma estava ligada ou ao princípio do bem ou ao princípio do mal.

No livro autobiográfico as *Confissões*, Agostinho narra sua conversão ao maniqueísmo de forma que os considerava “homens desvairados pela presunção, extremamente carnis e loquazes” (AGOSTINHO, 2002, p. 68), pois sentia-se confuso com as palavras que diziam os maniqueus. Ele mesmo relata esse contexto:

Suas palavras traziam armadilhas do demônio, numa mistura confusa do teu nome com o de nosso Senhor Jesus Cristo e do Espírito Santo consolador. Pronunciavam continuamente tais nomes, que eram apenas sons e movimentos de lábios, mas seus corações eram vazios de verdade. Repetiam: ‘Verdade, verdade’! E me falavam muito dela, mas não a possuíam; pelo contrário, ensinavam falsidades, não só a teu respeito, que és realmente a verdade, mas também sobre a existência do mundo, criatura tua (AGOSTINHO, 2002, p. 68).

Na seita maniqueia, os homens eram divididos em duas classes: os eleitos e os ouvintes. Os eleitos, precisavam ter a experiência de ouvir a “Carta de Fundação”⁸, que para os maniqueus a experiência básica para adentrar na seita. Na ocasião eram encheidos de luz, sua alma tinha consciência de que não era livre e que, as paixões e a sua sexualidade, por exemplo,

⁷ Notas da obra *Confissões* (AGOSTINHO, 2002, p. 71).

⁸ Tratava-se de uma ocasião solene que acontecia nos conventículos maniqueístas, onde os “ouvintes” eram iluminados.

não faziam parte de sua alma pura e estavam exteriores a ele, e tal eventualidade, era conhecido como o despertar do homem maniqueísta. O homem agora, podia identificar-se só com uma parte de si: sua alma boa e essa, para Agostinho, guiava sob pressão, sentia-se presa e até mesmo confinada. Os ouvintes ou aderentes, por sua vez, tinham o papel de proporcionar aos eleitos, o que eles necessitavam. (AGOSTINHO, 2002).

De acordo com Costa (2020), maniqueísmo conseguiu responder para Agostinho pelo menos no primeiro momento. Ele buscava encontrar explicações para seus erros e contradições e buscava justificativa para a força que lhe impulsionava a praticar o mal. Os maniqueístas rejeitavam os trabalhos do campo e o sacrifício dos animais, pois ambos também faziam parte das substâncias divinas assim como todo o universo que, “é salpicado em partículas de substâncias divinas misturadas com as coisas” (AGOSTINHO, 2002, p. 78). Os “eleitos”⁹ tinham a missão e o poder para libertá-los das mãos daqueles que não percebiam a substância divina inserida nas plantas ou nos animais.

Agostinho narra nas Confissões que os nove anos que passara no maniqueísmo, foram anos de um profundo abismo, pois ele havia perdido o sentido de ser um servo de Deus através da doutrina dos maniqueus e foi sua mãe, Mônica, que o ajudou a sair das trevas. Aos vinte e oito anos Agostinho havia deixado o maniqueísmo e passara agora a levar alimentos para os eleitos e para os santos, o que foi um sinal de bondade, mas também de dúvida, pois agora ele já não mais frequentava a seita, mas em suas ações ainda havia resquícios das teses do maniqueísmo (AGOSTINHO, 2002).

Agostinho retornou às leituras de Cícero e percebeu que o conhecimento que o maniqueísmo lhe oferecera era, certamente, um conhecimento insuficiente para ele, que era um homem perspicaz e que estava interessado nas coisas verdadeiras e profundas. Em Cícero, Agostinho tomou conhecimento do Ceticismo, que negavam que o conhecimento pudesse ser conquistado com facilidade, pois, para Cícero, o sábio deveria andar com mais cautela em direção ao conhecimento; deveria suspender juízos e não aderir a qualquer conhecimento isolado. Para ele, esse foi um momento crucial para que ele chegar a “Sabedoria”, que estava distante do que os maniqueus haviam lhe oferecido.

2.1.3. Corrente filosófica: neoplatonismo.

⁹ Os maniqueus dividiam seus seguidores em dois grupos: eleitos e ouvintes. Os eleitos eram aqueles que seguiam a religião integralmente, ao passo que os ouvintes tinham a missão de proporcionar aos eleitos o necessário para viverem.

Agostinho viaja para Roma, em 384, para exercer sua função como professor de retórica. Logo no início foi atingido pelos flagelos dos sofrimentos físicos¹⁰, o que não aconteceu por longa data, ele logo recuperou sua saúde. Ele ainda era ouvinte no maniqueísmo e, por essa razão, conservava a ideia de que a matéria era má e acusava seu corpo de ter pecado.

Conservava a ideia de que não éramos nós que pecávamos, mas alguma natureza em nós. O fato de estar sem culpa e de não ter confessado o mal após tê-lo cometido satisfazia meu orgulho; desse modo eu não permitia que curasse minha alma que pecara contra ti preferindo desculpá-la e acusar não sei qual outra força, que estava em mim, mas que não era eu (AGOSTINHO, 2002, p. 128).

O maniqueísmo dava a Agostinho a certeza de não ser um pecador, porém, as ideias dos filósofos acadêmicos¹¹ afirmavam “ser preciso duvidar de tudo, e que o homem nada pode compreender da verdade” (AGOSTINHO, 2002, p. 128), mas eles ainda não conseguiam responder as questões agostinianas.

No exercício como professor de retórica, Agostinho reunia alguns alunos em sua própria casa em Roma e, com seu dom para ensinar, ele repassava para esses alunos todo conhecimento que ele havia adquirido até o momento, por essa razão, tornou-se conhecido, muitas jovens vinham até ele, para que pudessem receber a educação de qualidade que esse professor proporcionava naquele momento. Todavia, havia uma certa prática, onde muitos estudantes romanos não honravam com a sua palavra e deixavam de pagar seus professores, eles repentinamente passavam a serem alunos de outros professores abandonando o professor antigo. E Agostinho sofreu com os prejuízos e a injustiça que esses alunos lhe causavam, ele tinha muito zelo pela retórica e seu amor pelo seu trabalho era notável.

O Bispo Ambrósio, que na época era bastante conhecido por seus sermões teve demasiada atenção por parte de Agostinho, que o acompanhava quando falava com o povo dando-lhes sermões e ensinando a doutrina da salvação. Agostinho o considerava muito bondoso e, desconfiado, tinha a intensão de presenciar se Ambrósio era como sua reputação dizia. Agostinho não se esforçava para aprender os temas que ele propunha, pois ainda estava estagnado nas ideias maniqueístas, gostava somente de ouvir. E foi então, que ele percebeu que suas teses eram defensáveis, porém, Agostinho não abraçou a fé católica só porque viu respostas para suas perguntas nos sermões de Ambrósio¹².

¹⁰ Mal físico. Seu relato no livro das *Confissões* mostra sua preocupação para com os pecados cometidos até ali. Ele ainda não era batizado e por isso acreditava que tamanho sofrimento era sua culpa. Na ocasião Agostinho relata que as orações de sua mãe sempre estavam presentes em sua vida.

¹¹ Naquela época Agostinho os considerava os filósofos mais esclarecidos.

¹² “A fé católica não me parecia vencida, mas para mim não se figurava vencedora” (AGOSTINHO, 2002, p. 134).

Nos sermões de Ambrósio, nosso filósofo lera escritos das ideias dos neoplatônicos, que eram traduzidos do grego para o latim. Nessas leituras encontrou semelhanças¹³ com as Sagradas Escrituras que o levaram a buscar no seu íntimo a verdade. Suas leituras com neoplatonismo tiveram início em Plotino, que lecionava em Roma. Os discursos de Plotino eram difíceis e alusivos¹⁴, todavia, Agostinho vira nele, um espírito “que extraiu o sentido oculto de Platão” (BROWN, 2020, p. 114).

A partir das leituras de Plotino, Agostinho passou a identificar Deus como a fonte única do bem e que o mal não forma uma substância. Enquanto encontrava semelhanças na razão natural, que remonta o *logos* pode ser encontrado no Evangelho de São João Agostinho, ainda assim, demonstrava insatisfação pelos escritos neoplatônicos, não encontrando respostas para os seus questionamentos, mas lançavam luzes sobre seus pensamentos. (COSTA, 2014).

Através de Ambrósio, conheceu Simpliciano - que era um cristão exemplar, para quem Agostinho havia contado suas insatisfações após ler os escritos neoplatônicos, Porém, Simpliciano ressaltou que os neoplatônicos tinham sua importância, alertando Agostinho que eles ainda assim caíam no erro de tentar encontrar a Verdade através de seus próprios esforços racionais. Esse homem descreveu a Agostinho a história da conversão de Vitorino. Este, por sua vez, tinha lido e meditado várias obras de filósofos, lia também as Sagradas Escrituras e meditava com atenção em segredo e confiava só a Simpliciano e, um dia, Vitorino converteu-se a fé católica.

Essa história de Vitorino comoveu Agostinho que sentiu um imenso desejo de imitá-lo. Simpliciano havia sugerido a Agostinho ler as Sagradas Escrituras e dedicar-se mais as Cartas de São Paulo. Logo no início da leitura, Agostinho já percebia que o que ele havia encontrado dos livros platônicos ele também encontrara ali, só que com a garantia divina. Ele agora encontrava-se num dilema entre servir a Deus ou continuar na sua vida que, pode-se dizer, devassa.

2.1.4. A conversão

Depois de ter ouvido falar na conversão de Vitorino, Agostinho agora desejava ter mais certeza, porém, ele estava entre aquelas duas vontades contrastantes, as quais narra em vários trechos das *Confissões* - vontade pervertida e a nova vontade - essa a vontade de servir

¹³ “No princípio era o verbo, e o verbo estava com Deus, e o verbo era Deus. No princípio, ele estava com Deus. Tudo foi feito por meio dele, e sem ele nada foi feito. E o que foi, é a vida nele, e a vida era a luz dos homens, e a luz brilha nas trevas, e as trevas não a apreendem”. Aí encontrei também que a alma do homem, embora dê testemunho da luz, não é a própria luz (AGOSTINHO, 2022, p. 182).

¹⁴ Hoje, seus discursos são conhecidos como *Enéadas*.

a Deus; uma vontade carnal e a outra espiritual que, portanto, se combatiam ininterrupta e mutuamente.

Da vontade pervertida nasce a paixão; servindo à paixão, adquire-se o hábito, e, não resistindo ao hábito, criasse a necessidade. Com essa espécie de anéis entrelaçados (por isso falei de cadeia), mantinha-me ligado a dura escravidão. A nova vontade apenas despontava; a vontade de servir-te e gozar-te. Ó meu Deus, única felicidade segura, ainda não era capaz de vencer a vontade anterior, fortalecida pelo tempo (AGOSTINHO, 2002, p. 210).

A verdade é que Agostinho ainda tentava desenvolver suas atividades como de costume, mas a vontade de sua conversão era maior; quando estava livre do trabalho que costumava realizar, se deslocava até à igreja na companhia de seu amigo e assessor, Alípio. E em meio a grande luta interior, Agostinho não agia mais da mesma forma quando agia antes. Alípio notara que ele não falava como de costume, sua face, sua cor e seu tom de voz denunciava seu estado de espírito. Sentia-se sozinho e confuso, existia um tumulto em seu coração, ele ansiava pela recuperação de sua razão¹⁵ (AGOSTINHO, 2002).

Um outro acontecimento importante para a conversão de Agostinho, fora o encontro com Ponticiano, um cristão compatriota africano, que tinha um cargo importante no palácio. Quando visitou Agostinho falou sobre a vida de Santo Antão que, por sua vez, era um monge do Egito que não era conhecido com Agostinho ou seus amigos. Ponticiano mostrara a Agostinho a vida de Santo Antão, especificando as diferenças na vida de seus jovens seguidores para vida de Agostinho. Isso aumentou mais ainda sua angústia, perturbou sua alma, pois ele agora estava diante de outro exemplo de conversão (COSTA, 2014).

A conversão de Agostinho aconteceu quando ele não temia mais em entregar-se para Deus. Todas as atividades que ele fazia antes já não faziam mais sentido depois de sua conversão. “Quão suave se tornou para mim a privação das falsas delícias! Eu que tanto temia em perdê-las, senti prazer agora em abandoná-las” (AGOSTINHO, 2002, p. 232). Agostinho sentia-se liberto das preocupações torturantes da ambição, da avareza e das paixões. Também abandonava seu ofício calmamente, decidindo abandonar as aulas de retórica, desejando dedicar-se somente aos desígnios de Deus.

2.2. As razões contextuais ao *Libero Arbitrio*

A obra *De libero arbitrio* (387), que é objeto e referência principal deste trabalho, é escrita em forma de diálogo, pois grande parte dela são relatos das conversas de Agostinho com Evódio, seu amigo e conterrâneo¹⁶. Os diálogos tratam sobre a origem do mal e da

¹⁵ Na obra *Confissões* Agostinho narra um momento que teve de profundo desespero, onde ele chegou a arrancar os cabelos, batia na testa, apertava os joelhos entre os dedos entrelaçados, e fazia tudo isso porque queria.

¹⁶ Grifos da introdução da obra *O livre-arbítrio* (Coleção Patrística).

liberdade humana, que são problemas que insistiram numa boa parte da vida de Agostinho, especialmente na sua juventude, quando ao procurar respostas para o problema do mal, passou a frequentar a seita dos maniqueístas. Embora Agostinho tenha frequentado as reuniões do maniqueísmo durante nove anos, como já foi assinalado, ele nunca fora de fato um maniqueísta.

Rememoremos nesse contexto que em sua viagem a Milão, Agostinho conheceu o Bispo Ambrósio, que lhe apresentou o pensamento dos neoplatônicos e por assim dizer, a filosofia, como já fora dito. Agostinho passara a ler Plotino e deixando de lado a mais pura metafísica que os maniqueus haviam lhe atribuído. Todavia, a leitura dos neoplatônicos, o levaram a buscar no seu próprio íntimo a verdade e não fosse mais tão frente ao maniqueísmo, pois ele agora já havia descoberto novas respostas acerca do que lhe atormentou por muito tempo. O maniqueísmo afirmava ser a matéria má e isso confundia Agostinho, pois as leituras Cícero e Plotino ele via com “outros olhos”.

2.2.1. Seria a matéria essencialmente má?

Aos dezenove anos, a partir da leitura de *Hortensius*, como já fora dito, Agostinho de deparou com o problema do mal, que para ele era um paradoxo, pois na obra em questão está subtendido o princípio axiomático segundo o qual “todos os homens desejam, por natureza, a felicidade” (COSTA, 2014, p. 33) e a realidade dos males praticados por todo e qualquer homem.

Na procura pela origem do mal, Agostinho se depara com a seita da qual temos ou tem-se falado, o maniqueísmo, que reunia dois elementos que ele tanto buscara: o princípio do bem e o princípio do mal¹⁷, isto é, luz e trevas. Ora, o maniqueísmo também pensava no indivíduo com duas almas: a alma corpórea (matéria), sendo essa a alma das trevas e a alma luminosa, sendo assim, a alma da luz.

O sistema maniqueísta, para explicar a origem do universo, criou esse dualismo. Os dois princípios originaram-se no cosmos, ambos de natureza corpórea, sendo as trevas, isto é, a matéria, responsável pelos males existentes no mundo. A partir desse dualismo ontológico, os maniqueístas deduziam sua moral, explicando assim, a origem do mal no homem, sendo este regido de corpo e alma, isto é, a mistura das duas substancias originarias, corpo (matéria ou mal) e a alma (luz ou bem) (COSTA, 2014).

Segundo a teoria maniqueísta, a matéria era essencialmente má, sendo assim, “era responsável pelo mal físico no homem, o corpo era a causa do mal, incluindo o mal moral”

¹⁷ Acreditavam que o homem possuía duas almas, uma alma boa e uma alma má.

(COSTA, 2014, p. 34). Agostinho nunca foi um maniqueu convicto, se manteve como ouvinte nos nove anos que frequentou a seita. Já havia encontrado nas leituras do Bispo Fausto e do Bispo Ambrósio motivos que o levasse a não mais acreditar nas teses maniqueístas. Mas, somente na filosofia neoplatônica de Plotino¹⁸, aos trinta anos Agostinho superou, definitivamente, essa seita. A partir de então, ele colocou-se numa empreitada argumentativa, como veremos ao logo desse trabalho quando explicitarmos sobre o diálogo exposto no Tratado d' *O livre-arbítrio* mais especificadamente com seu amigo Evódio, para se desvencilhar da mesma e recuperar os princípios cristão que sua mãe Mônica o fizera, até então.

A partir do Bispo Ambrósio, Agostinho compreendeu a figura de Deus como Uno, desmistificando, a partir de métodos alegóricos na interpretação da bíblia e da igreja católica, coisas¹⁹ que os maniqueístas consideravam absurdos. Agostinho encontrou em Plotino, por assim dizer, a ideia de “Substância espiritual” de Ambrósio. Dessa forma, ele pode considerar e identificar o pensamento de Ambrósio presente no neoplatonismo e isso fez com que Agostinho despertasse para dois pontos acerca do problema do mal: a noção de participação e o conceito de não ser equivalente a nada²⁰, ainda não resolvendo o problema do mal.

No neoplatonismo, Agostinho chegou a uma solução original para a questão do mal. A partir do princípio bíblico da criação do nada²¹, as Sagradas Escrituras afirmam que os seres do universo, incluindo a matéria foram criadas por um único criador, que é Deus e ele, não por necessidade, mas sim, por um ato livre de amor e do nada.

Destarte, as teorias neoplatônicas mostraram a Agostinho que Deus não deu espaço para o acaso, tudo que Deus criou já obedece uma ordem estabelecida, ou seja, já estava previsto. Assim, Agostinho concluiu num universo que Deus criou, não existe espaço para o mal, e este, não é definido como substância, visto ser toda natureza um bem. Então, o mal é a ausência do bem para Agostinho, é uma corrupção que arrasta tudo em direção ao não ser ou nada (COSTA, 2014).

Em suma, a quase solução que Agostinho obteve acerca do problema do mal, referente à criação do homem que originou-se do nada, atribuiu a Deus como único criador e desta forma, compreendeu que não criou o que criou por necessidade, mas sim, porque quis.

¹⁸ E consequentemente isso o levou até os neoplatônicos.

¹⁹ Aqui está relacionada a visão que os maniqueístas tinham do Velho Testamento.

²⁰ Isso muda após sua conversão, pois ele depois, muda o conceito de não ser equivalente a nada, para combater a concepção de substância dos maniqueístas.

²¹ *Ex nihilo*.

Com efeito, o neoplatonismo, mostrou-lhe que o homem já faz parte de uma ordem pré-estabelecida e que, da maneira que Deus criou o universo, o mal não tem espaço.

2.3. As razões objetivas para discorrer sobre o livre-arbítrio

Em 386 em Cassiciaco, já convertido, Agostinho dedicava aos trabalhos campestres e às reflexões filosóficas na companhia de sua mãe e seus discípulos e pode escrever algumas obras como *A vida feliz*. Logo decidiu aceitar o batismo e, então, voltar a Tagaste, sua terra natal, onde se dedicaria a oração e aos estudos com os monges da igreja.

No aguardo de sua embarcação, sua mãe Mônica falece após uma inesperada enfermidade, Agostinho então, resolve ficar em Roma. Quando passara o luto, o objetivo era defender-se da seita maniqueísta e avisar aos seus companheiros e amigos que ele havia produzidos tratados como *De libero arbítrio*, obra que ele iniciou em 388, mas terminou só em 395, quando já retornara a Tagaste, pois fora ordenado padre após muita insistência do povo de Hipona.

2.3.1. A resposta aos maniqueístas

A partir da resposta acerca do problema do mal, Agostinho ainda buscava outras explicações, pois, a rigor, os neoplatônicos só conseguiram responder parte de toda essa problemática. Tratava-se só de uma definição do que vinha ser o problema do mal, ainda faltava resposta para a pergunta: afinal, qual a causa de agirmos mal? (AGOSTINHO, 1998).

Encontramos o ultimo nível da resposta de Agostinho para o problema do mal no livre-arbítrio da vontade²². A obra em questão, divide, por assim dizer, Agostinho em duas partes: antes da conversão e após a conversão. Na primeira parte da obra, ele discorre sobre seu último nível da resposta acerca do problema do mal: qual a causa de agirmos mal?

O objetivo de Agostinho para escrever o tratado *O livre-arbítrio* tinha como foco principal era refutar a teoria maniqueísta que negavam categoricamente o livre-arbítrio da vontade, estes, atribuíam a Deus a causa do mal e do pecado. Ora, no tratado Agostinho valoriza o papel da liberdade humana, deixando de lado a tese maniqueísta de que o homem possui duas almas e, conseqüentemente, duas naturezas, sendo uma boa e uma má. Já nas *Confissões*, ele narra a falsidade dos maniqueístas ao hesitarem serem eles mesmos a luz e não Deus: “Enquanto desejam ser luz em si mesmos, e não no Senhor, julgando ser a natureza da alma idêntica à Deus, tornando-se trevas cada vez mais densas” (AGOSTINHO, 2002, p. 221).

²² Encontra-se esse último nível da resposta ao problema do mal na primeira parte da obra *O livre-arbítrio* de Santo Agostinho.

Destarte, a razão para que Agostinho fosse contra o maniqueísmo não se tratavam de falácias e muito menos de intuição. Ele identificava no maniqueísmo uma hipocrisia aparente, pois ele afirmava que a tese que defendiam estava para eles mesmos e não tinha um olhar para Deus.

De fato, se as naturezas contrárias entre si fossem tantas quantas as vontades em conflito, não seriam apenas duas, mas muitas. Se alguém hesita entre ir ao teatro ou a uma reunião dos maniqueístas, eles logo bradam: “Eis as duas naturezas: a boa o traria aqui, a má o leva para lá. Como explicar de outro modo essa hesitação de suas vontades contraditórias”? Digo eu que ambas são más, tanto a que o arrasta para eles como a que o leva ao teatro. Mas eles só têm como vontade boa aquela que conduz para às suas reuniões (AGOSTINHO, 2002, p. 222).

Ademais, convém ressaltar, nesse sentido que, conforme argumento de Agostinho, a questão é simples:

Supondo que um dos nossos tenha que decidir e hesite entre duas vontades contrárias, se há de ir ao teatro ou à nossa igreja, não hesitaram os também os maniqueístas na resposta a dar? Pois ou confessarão o que não querem, isto é, que a vontade boa é que nos conduz à nossa igreja (como fazem aqueles que já foram iniciados nos mistérios), ou então julgarão que num só homem combatem duas almas e duas naturezas más. E, então, não será verdade o que afirmam, isto é, que há uma natureza boa e outra má. Ou nada lhes restará senão converter-se à verdade e cessar de negar que uma mesma alma possa, enquanto delibera, debater-se entre vontades diversas (AGOSTINHO, 2002, p. 222).

Segue que outro motivo para que Agostinho desaprovasse a tese maniqueísta era porque Deus também os desaprovava. Ele supunha que “com duas vontades más alguém tenha que decidir entre matar o homem com veneno ou com a espada”²³, se o homem pudesse realizar essas duas hipóteses ao mesmo tempo, com o mesmo desejo, seu espírito estaria “dilacerado na luta entre quatro ou mais vontades contrárias” (AGOSTINHO, 2002, p. 223).

Segundo Agostinho, isso também se aplica a vontades boas, pois se o homem quiser realizar duas ou três atividades boas ao mesmo tempo, ele estaria cercado de duas ou três vontades e decidirá qual a melhor coisa a fazer. Essas vontades lutam entre si até que o homem escolha uma, e para esta, sua vontade se voltará, pois, “antes dívida, agora uma só”. Em suma, o pensamento de Agostinho a partir de tais situações é de que, somente uma alma que quer uma ou outra vontade, “porém sem vontade plena” (AGOSTINHO, 2002, p. 223).

A defesa de Agostinho quanto ao papel da liberdade humana é clara, o homem pode escolher a partir das suas vontades, aquela que mais lhe favorece, atribuído a Deus a bondade e, conseqüentemente, retirando a tese maniqueísta de que o homem possui duas almas, sendo essas uma alma boa e uma alma má. Pois como pode Deus ser bom e criar algo mau? Destarte, tudo que é criado por Deus não pode ser nada além de bom e, a partir desta afirmação,

²³ (AGOSTINHO, 2020, p. 222).

não pode o homem ser luz e trevas ao mesmo tempo. Essa perspectiva nos instiga ao enalço dos argumentos fundantes que possam justificar a tese do livre-arbítrio humano. Dito de outra forma, que fundamentos argumentativos constituem uma justificação plausível que imputem ao homem responsabilidades por suas ações, sem atribuir a Deus corresponsabilidade ou responsabilidade radical – por ser Criador, por isso? Essa é a direção desse próximo capítulo.

3. CAPÍTULO 2 - FUNDAMENTOS TEÓRICO-ARGUMENTATIVOS DA CONCEPÇÃO AGOSTINIANA ACERCA DO LIVRE-ARBÍTRIO

3.1. O problema do mal

Já fora dito que o mal ao qual Agostinho se refere, trata-se do mal moral e este, por sua vez – e, é bom que se diga, no contexto da cristandade – diz respeito ao pecado. No começo do diálogo de Agostinho com Evódio²⁴, manifestou-se a dúvida de que Deus poderia ser o autor do mal, já que ele havia criado tudo. Ao se deparar com a dúvida de seu amigo Evódio, Agostinho analisa quando em busca de explicações acerca do mal, que existem dois sentidos quando se fala de mal: o sentido do mal físico, quando alguém sofre o mal e, o sentido do mal moral, quando alguém pratica o mal. Sua explicação acerca desses dois sentidos do mal, dar-se pelo fato de que, por vezes, o homem não só comete o mal, como também sofre pela causa dele.

Destarte, ao afirmar que Deus é bom, Agostinho acredita que tudo que ele criou também é bom e, conseqüentemente, Deus não pode ser o autor do mal. Ora, Deus é bom, mas também é justo, e na concepção de Agostinho “Deus deve distribuir recompensas aos bons, assim como castigos aos maus” (AGOSTINHO, 1995, p. 25). Essa é a maneira que Deus dirige o universo, atribuindo a ele o equilíbrio da justiça, por essa razão, ele é autor do mal físico sofrido pelo homem e não do mal moral, aquele que o homem comete.

No que se refere a autoria do mal, Agostinho afirma, em *O livre-arbítrio* que, “não existe um só e único autor” do mal. Este tem vários autores, pois cada homem, ao cometer o mal, é autor de sua má ação e desta maneira, é punido pela justiça de Deus. Sua punição se dá, porque ele é, então, responsabilizado pelas suas más ações, e essa responsabilidade surge, porque segundo Agostinho, o homem pode escolher, pelo seu livre-arbítrio, não praticar más

²⁴ Livro 1 da obra *O livre-arbítrio* de Santo Agostinho.

ações, isto é, as ações que o homem comete, são voluntárias e, de certa forma, conscientes (AGOSTINHO, 1995).

Em *O livre-arbítrio* (1995), Agostinho afirma piamente, que Deus não é o autor do mal. Todavia, ele desperta para uma outra dúvida: “se o pecado procede dos seres criados por Deus, como não atribuir a Deus os pecados, sendo tão imediata a relação entre ambos? ” (AGOSTINHO, 1995, p. 53). De certo, a presente questão nos apresenta o passo inicial para que Agostinho discorra sobre a origem do mal, pois sendo o homem criatura de Deus e Deus sendo bem, existe a possibilidade de uma ligação de Deus com o pecado. Tal questão, levou Evódio e Agostinho a refletirem sobre a essência do pecado, buscando primeiramente, sua origem no homem.

Julgamos conveniente, nesse sentido, rememorarmos ou mesmo pensarmos antes na tese do o homem como criação de Deus. Agostinho atribui a Deus a incorruptibilidade, inviolabilidade e imutabilidade, isto é, atribui a ele características de um ser sumamente bom, que criou o homem para que este, vivesse de acordo a presciência divina. Segundo a afirmação sobre a criação, o homem tem por essência, o bem e, este foi criado para que vivesse a partir da soberania de Deus²⁵. Porém, para Agostinho, Deus não criou o homem sem querer, mas sim porque quis, criou *ex nihilo* (do nada) e tudo que ele criou, é bom.

No seguimento do diálogo, Agostinho sustenta a argumentação pela qual, que a atuação da boa vontade prova de que o pecado vem do livre-arbítrio, pois pela criação do homem, fica provado que o homem nasce bom e que, somente depois, ele torna-se mau, é o que podemos concluir na afirmação a seguir: “ Na verdade, cremos pela fé que o homem foi criado por Deus e formado de modo perfeito, e que foi por si mesmo e sua própria vontade que se precipitou de lá, nas misérias desta vida mortal” (AGOSTINHO, 1995, p. 54).

Com efeito, a criação de Deus não poderia ser outra coisa, senão boa, pois um ser que é sumamente bom, que pela sua vontade criou o universo, só pode criar o bem. Por conseguinte, não é o responsável pelo mal que o homem causa, mas ele pode, com justeza, julgar para que cada um receba aquilo que lhe é merecido. Tendo em vista que o mal ainda

²⁵Segundo William E. Mann (2016), é possível fazer uma distinção entre o pensamento de Platão e Agostinho na explicação sobre a criação no diálogo platônico *Timeu*. Na obra de Platão, o artesão divino porque não criar indicaria uma falha no seu caráter como ser superior e um ser perfeito não pode ter falhas, isto é, inveja. “Mas estar livre da inveja, não determina que espécie de universo o artesão divino criará”. Por ser bom, o artesão só pode criar o que é mais parecido possível com ele e por essa razão o artesão impõe ordem sobre a “matéria inicialmente discordante, produzindo um universo que é tão bom quanto a natureza de sua matéria permite”.

existe e que este, enquanto pecado é praticado pelo homem, nos voltemos agora para origem do pecado, enquanto mal moral.

O conhecido estudioso francês da filosofia medieval Étienne Gilson (2010), frisa que, nesse contexto, Deus é o soberano bem, é imutável e eterno, ao passo que não há ninguém acima ou fora dele. Suas criaturas, por sua vez, vieram dele, mas não possuem a ele, pois se elas fossem dele, seriam idênticas a ele e dessa forma, deixariam de ser criatura. Ele conclui dizendo:

Ora, o que vem do nada não participa somente do ser, mas do não ser. Logo, nas criaturas há um tipo de falta original que, por sua vez, engendra a necessidade de adquirir e, conseqüentemente, de mudar. Tal é a origem metafísica de sua mutabilidade (GILSON, 2010, p. 272).

Qualquer que seja a substância, espiritual ou corporal, Deus lhe conferiu, número, forma e ordem²⁶, esses três atributos, estagnam o homem numa natureza superior. Assim, é possível afirmar, que pela natureza do homem ele só pode ser bom e o mal é a corrupção dessa perfeição que o homem possui por natureza. Essa natureza é corrompida, o homem permanece perfeito e isento de maldade, isto é, o mal é a ausência do bem, ou a privação do mesmo.

3.1.1. O mal nas ações humanas

Ao explicar o mal nas ações humanas, na primeira parte do tratado *O livre-arbítrio*, Evódio cita os adultérios, os homicídios e os sacrilégios, como más ações. No contexto, o adultério, os homicídios e os sacrilégios eram considerados más ações, pois era proibido por lei e, para Agostinho, eram proibidos pela lei dos homens e pela lei divina. O que se segue, é que essas ações são cometidas pelos homens, quando esses se deixam levar pelas suas paixões²⁷ interiores, ao passo que “ao procurar o mal num ato exterior visível, caíste num impasse” (AGOSTINHO, 1995, p. 32).

Para te fazer compreender que a paixão é bem aquilo que é mal no adultério, considera um homem que está impossibilitado de abusar da mulher de seu próximo. Todavia, se for demonstrado, de um modo ou de outro, qual o seu intento e o que teria realizado se o pudesse, segue-se que ele não é menos culpado por aí do que se estivesse sido apanhado em flagrante delito (Mt. 5, 28) (AGOSTINHO, 1995, p. 32).

Sobre os homicídios, Agostinho tem um ponto de vista específico, pois indaga que estes podem ser cometidos sem paixões, isto é, pela primazia do mal desejo, pois se o homicídio consiste no ato de matar um homem, pode acontecer, que algumas vezes, seja feito sem o pecado, como é o caso dos soldados que matam seus inimigos, do juiz que manda executar o criminoso e do lançador de flechas, que por acidente, deixa uma flecha escapar e acaba matando

²⁶ *modus, specie, ordo.*

²⁷ Segundo Agostinho, essas paixões também podem ser denominadas concupiscência.

alguém. Ao passo que quando um escravo, por medo de tormentos, mata seu senhor é julgado pela lei divina e pela lei dos homens. Ora, para Agostinho pode ser, que esse escravo desejava liberta-se do temor do seu senhor somente para satisfazer suas paixões (AGOSTINHO, 1995).

Com efeito, desejar vida sem temor, não só é próprio dos homens bons, como também dos maus. Com esta diferença, porém: os bons o desejam renunciando ao amor daquelas coisas que não se podem possuir sem perigo de perde-las. Os maus, ao contrário, desejam uma vida sem temor, para gozar plena e seguramente de tais coisas, e para isso esforçam-se de qualquer modo para afastar todos os obstáculos que o impeçam. Lavam então vida criminoso e perversa – vida que antes deveria ser chamada de morte (AGOSTINHO, 1995, p. 35).

Os homicídios cometidos sem paixão, são os de autodefesas. Esses acontecem, segundo Agostinho, quando o homem age “em defesa da própria vida, seja da liberdade ou do pudor” (AGOSTINHO, 1995, p. 36), sendo aprovadas pelas leis temporais, mas punidos pela lei divina. O que se segue, é que, é necessário que seja distinguida a lei eterna²⁸ da lei temporal²⁹, pois existem atos movidos pelas paixões que são desculpados pela lei dos homens, mas condenados pela lei divina. Os homicídios cometidos pela autodefesa, são punidos pelas leis temporais quando, por exemplo:

Um homem ou a uma mulher, cuja virtude querem violentar, de exterminarem o seu agressor antes de serem estuprados”. Ao passo que essa mesma lei, ordena soldados a matar seu inimigo quando em campo de guerra e, caso eles se neguem, são punidos por seus chefes (AGOSTINHO, 1995, p. 36).

Encontra-se, com efeito, no bispo de Hipona, conveniência em separar as leis temporais das leis divinas, haja vista que o homem é regido pela lei divina e pelas leis temporais, ao passo que suas ações passam por essas duas leis. As leis temporais costumam ser impostas para o bem comum de uma nação e quem faz as leis, isto é, os governantes, que eleitos pelo povo, não colocam seus interesses particulares acima do bem comum, definindo as leis com justiça. Todavia, ressalta Agostinho (1995), na lei divina o governante não é eleito pelo povo e estes devem obedecer sempre às leis divinas, pois essa lei tem ação punitiva.

Para nosso autor, “na lei temporal dos homens nada existe de justo e legítimo que não tenha sido tirado da lei eterna”, é também “aquela lei em virtude da qual é justo que todas as coisas estão perfeitamente ordenadas”. (AGOSTINHO, 1995, p. 41). E ele prossegue, assegurando que a lei divina é superior a lei temporal, que todos os seguimentos das leis temporais foram retirados, primeiramente, da lei divina e, as ações más do homem, podem ser perdoadas pelas leis temporais, mas terão ainda, que passar pelo tribunal das leis divinas.

²⁸ Lei divina ou lei de Deus.

²⁹ Lei terrena ou lei dos homens.

Em suma, no que tange as leis que regem o homem, isto é, a lei divina e as leis terrestres, não existe inviabilidade para que sejam inválidas. As leis terrestres regem o homem na terra, enquanto que, lei divina também rege o homem na terra, induzindo-o às boas ações, de modo que o homem viva com retidão.

3.1.3. A vontade e o mal voluntário

A partir das atribuições que Deus deu ao homem, isto é, número, forma e ordem, o mal só pode ser a corrupção na perfeição humana³⁰, pois, Agostinho, ao acreditar que tudo que é bom e perfeito vem de Deus, nega a possibilidade do homem ser mal, partindo da premissa de que o próprio Deus é bom. A dúvida sobre a autoria do mal vir de Deus, é válida pois, no tratado *d'O Livre-Arbítrio*, Agostinho afirma que “não pode existir realidade alguma que não derive de Deus” (AGOSTINHO, 1995, p. 143). E, por conseguinte, todas as coisas que existem, possuem medida, número e ordem (são elementos de uma perfeição plenamente realizada) e, por isso são atribuídas a Deus, como seu autor. Para ele, essa perfeição completa é um bem, na verdade, o seu próprio começo já é um bem, se considerar-se-á os motivos de onde ela advém.

O que se segue, é que pela perfeição que Deus atribuiu ao homem, as suas más ações seriam a ausência desse bem que existe nele desde sua criação. Ora o mal, que o homem comete, não pode advir de Deus, pois o homem, por possuir o livre-arbítrio da vontade, pode escolher qual caminho seguir, visto que, como já fora dito, Deus é o Sumo Bem. Todavia, o homem não só possui o livre-arbítrio da vontade, como é unicamente por meio dele, que o homem comete o mal. Por essa razão, o mal é voluntário, pois por possuir o livre-arbítrio o homem pode escolher agir mal ou bem.

Não obstante, para o bispo hiponense, o homem possui a boa vontade, por ela o homem deseja viver com retidão e honestidade e, assim, atinge o cume da sabedoria. Antes que se fale de boa vontade, faz-se necessário entender qual o papel dela segundo Agostinho:

Ora, quem quer que seja que tenha esta boa vontade, possui certamente um tesouro bem preferível do que os reinos da terra e todos os prazeres do corpo. E ao contrário, a quem não a possui, falta-lhe, sem dúvida, algo que ultrapassa em excelência todos os bens que escapam o nosso poder. Bens esses que, se escapam do nosso poder, ela, a vontade sozinha, traria por si mesma (AGOSTINHO, 1995, p. 57).

³⁰ “Se assim é o bem, o mal só pode ser a corrupção de umas das perfeições na natureza que as possui. A natureza má é aquela em que medida, forma ou ordem estão corrompidas, e ela é má somente na exata proporção do grau de sua corrupção. Não corrompida, essa natureza seria toda ordem, forma e medida, quer dizer boa; mesmo corrompida, ela permanece boa enquanto natureza e má apenas no tanto que é corrompida. Essa relação do mal com o bem num sujeito é exprimida ao dizer que o mal é uma *privação*. Com efeito, ele é a privação de um bem que um sujeito deveria possuir, uma falta de ser que ele deveria ser e, por conseguinte, um puro nada” (GILSON, 2010, p. 273, grifos do autor).

Eleonore Stump (2016), declara que quando Agostinho explica como a vontade funciona, ele liga-a intimamente à mente. Pois o homem não poderia querer alguma coisa, que não fosse instigado primeiro pela mente. Entretanto, em meio ao diálogo acerca do livre-arbítrio³¹, é afirmado que não se pode encontrar na natureza do homem algo mais excelente que a razão, pois ela o distingue das outras criaturas de Deus.

A saber, a boa vontade que o homem possui está nas suas mãos, e por meio dela, ele pode, voluntariamente, chegar à felicidade, mas sem ela, ele voluntariamente pode chegar a uma vida de infortúnios. Todavia, a felicidade só chega para aquele que vive com retidão e, somente a boa vontade dá direito a vida feliz³². Ora, o homem que ama viver retamente, tem certamente prazer nisso, de tal modo que encontra não apenas o bem verdadeiro, mas também encontra doçura e alegria. Entretanto, para Agostinho (1995), a boa vontade está atribuída à vida feliz, enquanto que a má vontade, à vida infeliz.

Ademais, dar ao homem uma vontade que pode incluir o desejo de praticar o mal, não seria dar um dom perigoso? Toda liberdade leva a um perigo, mas também pode levar a um bem e, dentre esses bens, um dos maiores bens que pode acontecer: a beatitude. Nesse sentido, Gilson, expressamente, argumenta o seguinte:

Em si, a vontade livre não poderia ser um mal; tampouco é um bem absoluto, como a força, a temperança ou a justiça, dos quais não se poderia fazer mau uso sem destruí-los; ela é um tipo de bem mediano, cuja natureza é boa, mas cujo o efeito pode ser mau ou bom segundo a maneira pela qual o homem o usa. Ora, o uso do livre-arbítrio está à disposição do próprio livre-arbítrio (GILSON, 2010, p. 277).

Com efeito, existe um movimento culpável da vontade, ao passo que existem também, os bens mutáveis e os bens imutáveis, que as vontades podem aderir. Os bens mutáveis são bens terrenos, esses determinados por Agostinho como os bens terrestres e os bens imutáveis são as coisas divinas ou o próprio Deus, diz Agostinho:

Logo, não duvides que existe uma forma eterna e imutável, em virtude da qual esses seres mutáveis não se desfazem, mas antes, com seus movimentos compassados e grande variedades de formas, compõem uma espécie de poemas temporais. Esse Ser eterno e imutável não está contido nem se difunde por lugares, nem se prolonga e varia no decorrer dos tempos. Mas é por sua Perfeição (Forma) que puderam se formar todas as coisas que nos rodeiam, ajustaram-se e serem produzidas conforme os números próprios, de acordo com seu gênero no tempo e no espaço (AGOSTINHO, 1995, p. 131).

³¹ Obra *O livre-arbítrio* (1995).

³² “Agostinho faz essa analogia de acordo com as leis divinas e as leis temporais. Onde as duas leis, julgam a vontade do homem, pois é voluntariamente que o homem merece a vida feliz” (AGOSTINHO, 1995).

Ora, uma vez que a vontade foi dada ao homem, ela tem inclinação que, pelo próprio homem, tende para as coisas inferiores, isto é, bens mutáveis, o pode estar em um movimento natural ao praticar o mal, pois sua vontade nada mais é, do que uma inclinação para o bem e também, para o mal. Todavia, Agostinho afirma ser a vontade um bem, por mais que tenha inclinação para as coisas inferiores, pois a presciência divina foi quem deu o livre-arbítrio da vontade, o homem é responsável pelos seus atos. Dessa maneira, existe uma faculdade que torna o homem, pela vontade, responsável por suas ações.

3.1.1. A faculdade da razão torna o homem imputável por suas ações

O homem, por possuir a faculdade da Razão, está perfeitamente ordenado em si mesmo, isto é, possui entendimento, conhecimento e consequentemente, sabe que possui a razão. Pela razão ele sabe que vive e por ela, ele se distingue das outras criaturas de Deus, como por exemplo, os animais. A capacidade do homem de saber que vive, o torna diferente de todos os animais, pois como diz Agostinho, “o que denominamos saber não vem a ser nada mais do que perceber pela razão” (AGOSTINHO, 1995, p. 47). Ora, o homem tem muitas coisas em comum não só com os animais, mas também com as árvores, ambos podem comer, crescer e gerar. Todavia, “os animais podem ver, entender e sentir os objetos corporais, por meio do olfato, do gosto, do tato e, frequentemente, com mais penetração do que nós”, alguns têm mais força e velocidade que o homem e, ainda assim, são submissos ao homem, pois não possuem a razão (AGOSTINHO, 1995).

Ademais, existem características que somente os animais têm, como o instinto e o hábito de obedecer a vontade dos homens, ao passo que existem características que somente os homens têm, como é o caso de rir e se divertir. E por mais que o homem possua a razão, como fator indispensável para o seu entender, e que ele tenha “amor aos elogios e glória ao desejo de dominar”, que também são tendências que não pertencem aos animais, o homem não deve se julgar melhor que eles por possuir essas paixões, pois o agir do homem a partir dessas paixões, o faz um infeliz. Assim, diz Agostinho sobre as paixões:

Ao mesmo tempo o império das paixões ao lhe impor sua tirania, perturba todo o espírito e a vida desse homem, pela variedade e oposição de mil tempestades, que tem de enfrentar. Ir do temor ao desejo; da ansiedade mortal a vã e falsa alegria; do tormento por ter perdido um objeto que amava ao ardor de adquirir outro que ainda não possui; das irritações de uma injúria recebida ao insaciável desejo de vingança. (AGOSTINHO, 1995, p. 53).

Em contrapartida, a razão é um dos motivos que dão ao homem seu lugar na perfeição das criaturas criadas por Deus. Se os animais possuíssem a razão³³, não haveria

³³ É considerada também como mente ou espírito por Agostinho.

motivo para que não dominassem o homem, pois é a superioridade da mente e do espírito que os homens possuem sobre os animais, que faz com ele os dominem, como diz Agostinho a seguir em seu diálogo com Evódio:

Podes, pelo menos, te lembrar do que dissemos há pouco, a saber: que os animais, domados e domesticados pelos homens, os dominariam por sua vez – como nos demonstrou a razão –, se os homens não possuem sobre eles alguma superioridade. Ora, essa superioridade não a descobrimos nos corpos. Assim, como nos pareceu, reside na alma. E não encontramos para ela outro nome mais adequado do que o de razão. Ainda que a seguir nós dominamos de que ela também pode ser dominada mente ou espírito. *Mas se é verdade que a mente pode se servir da razão. Donde a consequência: aquele que é dotado de razão não pode estar privado da mente* (AGOSTINHO, 1995, p.48, grifos nossos).

Destarte, nada força a razão a submeter-se às paixões. Visto que a paixão não é mais poderosa que a mente, pois se fosse, negaria a ordem perfeita do mais forte exercer ordem sobre o mais fraco, pois a mente firme, em seu direito, conservará o domínio e poderá afastar-se das paixões e aproximara-se da virtude. Neste é relevante a explicação de Agostinho: “Por conseguinte, só quando a razão domina a todos os movimentos da alma, o homem deve se dizer perfeitamente ordenado. Porque não se pode faltar ordem justa, sequer simplesmente de ordem, onde as coisas melhores estão subordinadas às menos boas” (AGOSTINHO, 1995, p. 47).

Em suma, pela razão o homem sabe que vive e, pela mesma ele reconhece que Deus é bom e que tudo que vem dele também é bom. Não obstante, o livre-arbítrio também é um bem, pois, assim como ele possibilita o homem de escolher o mal, também o possibilita de escolher o bem, não sendo ele outra coisa senão um bem.

3.2. O livre-arbítrio é um bem que Deus deu ao homem

Do que fora dito até então, converge para o foco agostiniano do livre-arbítrio: as possibilidades do mal, as tendências humanas, o dote racional do homem que o sobrepõe aos animais. Esses estão às voltas do foco do argumento do livre-arbítrio como fundamento básico das ações imputáveis ou de responsabilidade humana.

Partindo da afirmação que é Deus que distribui recompensas aos bons e castigos aos maus, o livre-arbítrio da vontade não poderia ter sido dada por mais ninguém a não ser por Deus. Por conseguinte, por vi de Deus, o livre-arbítrio não poderia ser nada além de dom, pois esse, também é justo. Ao passo, que Deus também, atribui o infortúnio aos pecadores e felicidades aos que praticam o bem. Ora, para Agostinho, “se é verdade que o homem em si seja certo bem, e que não poderia agir bem, a não ser querendo, seria preciso que gozasse da vontade livre, sem a qual não poderia proceder dessa maneira” (AGOSTINHO, 1995, p. 74). Não é justificável o fato de uma pessoa, por se servir somente desta vontade também para pecar, que fica subtendido, que Deus deu a vontade somente com essa intenção (AGOSTINHO, 1995).

Destarte, para Agostinho, existe uma razão suficiente, para que Deus tenha dado o livre-arbítrio da vontade ao homem³⁴. Ora, sem a vontade o homem não poderia viver retamente, o que não significa que ele vai usá-la somente para cometer boas ações ou somente para cometer más ações.

Assim, quando Deus castiga o pecador, o que te parece que ele diz senão estas palavras: “Eu te castigo porque não usaste de tua vontade livre para aquilo que eu a concedi a ti”? Isto é, para agires com retidão. Por outro lado, se o homem carece do livre-arbítrio da vontade, como poderia existir esse bem, que consiste em manifestar a justiça, condenando os pecados e premiando as boas ações? Visto que a conduta desse homem não seria pecado nem boa ação, caso não fosse voluntária. Igualmente o castigo, como a recompensa, seria injusto, se o homem não fosse dotado de vontade livre. Ora, era preciso que a justiça estivesse presente no castigo e na recompensa, porque aí está um dos bens cuja fonte é Deus (AGOSTINHO, 1995, p. 74).

Em suma, era necessário que Deus desse ao homem o livre-arbítrio, pois a justiça faz-se necessária para que o homem seja punido ou premiado pelos seus atos, isto é, Deus só poderia castigar o homem por meio da justiça. “Ora, seria isso uma injustiça, se a vontade livre fosse dada não somente para se viver retamente, mas igualmente para se pecar” (AGOSTINHO, 1995, p. 75). Todavia, se o livre-arbítrio é um bem, dado ao homem por Deus, como ele se volta para o mal?

3.2.1. Como o livre-arbítrio se volta para o mal

Sempre e ainda no encalço em responder à questão acerca do livre-arbítrio, Agostinho propõe duas condições: a primeira condição é colocar-se no ponto de vista de Deus e, a segunda, é não se limitar à fé, mas procurar seu entendimento. Na primeira condição, Agostinho introduz a ideia da Iluminação Divina, impondo que: “se fosse incerto que Deus tenha concedido a vontade livre, nós teríamos o direito de indagar se foi bom ela nos ter sido dada” (AGOSTINHO, 1995, p. 78). Todavia, o mesmo Agostinho (1995), se fosse bom, o homem reconheceria o doador naquele que deu a eles todos os bens, ao passo que se fosse mal o homem compreenderia que o doador não é aquele a quem não é permitido incriminar algo que seja.

Por conseguinte, Agostinho afirma que se foi Deus quem foi o doador da vontade livre, qualquer que seja a forma que o homem a recebe, o homem deve tomar consciência de que Deus não estava obrigado a doar tal dom, nem dessa forma e nem de nenhuma outra forma. Na segunda condição, Agostinho propõe que, para que seja explicado, é necessário não se ater

³⁴ “Eis por que é necessária ao homem uma vontade pessoal e livre, bem médio em si mesmo, que permaneça livre para se voltar ao bem supremo e para possuí-lo na beatitude, ou para afastar-se dele para gozar de si mesmo e das coisas inferiores, no que consiste o mal moral e o pecado. Aversão ao Soberano Bem e conversão aos bem secundários, são, em suma, os dois atos livres que decidem nossa felicidade ou infelicidade eternas” (GILSON, 2010, p. 278).

somente sobre a fé, mas procurar o entendimento, introduzindo seu princípio: crer para entender. Assim, ele diz: “Com efeito, se crer não fosse uma coisa e entender outra, e se não devêssemos primeiramente crer, nas sublimes e divinas verdades que desejamos compreender, seria em vão o que o profeta teria dito: ‘Se não crerdes não entendereis’ (Is. 7,9, na LXX)” (AGOSTINHO, 1995, p. 78).

Na busca para saber se o livre-arbítrio foi dado ao homem com justeza, Agostinho propõe uma investigação acerca das três primeiras intuições do espírito, que acontecem da seguinte maneira, conforme ele mesmo destaca: “1º- procuremos como provar com evidência a existência de Deus; 2º se na verdade tudo que é bem, enquanto bem, vem de Deus; 3ºenfim, se será preciso contar, entre os bens, a vontade livre do homem” (AGOSTINHO, 1995, p.80).

Destarte, se essas questões propostas foram devidamente esclarecidas, para Agostinho, serão suficientes para reconhecer “se essa vontade foi dada ao homem com justeza” (AGOSTINHO, 1995, p. 80). A mais importantes das três é aquela que só o homem possui, ou seja, o entender. Nesse sentido, o homem possui o existir, o viver e o entender sendo o mais importante o entender, pois na análise que Agostinho e Evódio fazem, um cadáver existe, mas não vive e nem entende; um animal existe e vive, mas não entende; e o homem, existe, vive e entende.

Diante dessas afirmativas, é justificável Deus ter dado ao homem a vontade, pois o homem tem a capacidade de entender que o melhor caminho é o do bem e não o do mau. Como se percebe, no argumento agostiniano o entendimento peculiar ao homem, implica, com efeito, a reponsabilidade mediante arbítrio livre que sobre ele recai; o entendimento faculta, pois, a escolha e a deliberação da humana. Assim, o homem não está subjugado nem a uma suposta coercitividade divina, nem a um suposto destino oprimente.

Ademais, o conhecimento que o homem possui, advém dos sentidos externos, interno e pela razão. Os sentidos exteriores, ou os sentidos corporais, são: a vista, o ouvido, o olfato, o gosto e o tato e, estes têm a função de dizer a respeito das formas dos objetos. Ao passo que, “graças ao sentido interior, todos os objetos, não somente os aprendidos pela vista, mas também pelo ouvido e por outros sentidos corporais, são procurados e apossados pelos animais, no caso de isso lhes causar agrado; ou bem, evitados e rejeitados, no caso de lhes serem nocivos” (AGOSTINHO, 1995, p. 83). Enquanto a razão é quem pode distinguir, determinar e definir esses sentidos, os servidores e os objetos que lhes apresentam, reconhecendo também, a diferença que existe entre ela e os outros sentidos.

Mas esse sentido interior não se pode dizer que seja, nem a vista, nem o ouvido, nem o olfato, nem o gosto, nem o tato. Ele é, não sei que outra faculdade diferente, que governa universalmente a todos os sentidos exteriores, por igual. A razão é que nos faz compreender isso, como já disse. Não posso, porém, identificar essa faculdade com a razão, porque está também manifestamente nos animais, e estes não possuem a razão (AGOSTINHO, 1995, p. 83).

Todavia, os sentidos exteriores não percebem a si mesmos, enquanto que o sentido interior sente as impressões que recebe dos cinco sentidos, percebendo igualmente os mesmos sentidos. Apesar disso, os sentidos interiores, são definidos por Agostinho como os juízes e guia dos sentidos exteriores, pois um guia os outros. Diz Agostinho:

O sentido exterior julga os sentidos corporais, aprovando um bom funcionamento ou exigindo um mal serviço. Do mesmo modo, os próprios sentidos externos, eles mesmos julgam os objetos corporais, aceitando seu contato, caso seja agradável, ou rejeitando-o, caso contrário (AGOSTINHO, 1995, p. 91).

Em suma, a razão está acima desses dois sentidos, pois somente ela possui o entendimento, pois como já fora dito anteriormente, não há nada mais excelente do que a razão. Contudo, a razão não está acima de Deus, pois foi ele quem deu ao homem a razão e, para Agostinho, até a própria razão se esforça para chegar ao imutável³⁵, por vezes chega, mas por vezes não, o que a caracteriza como mutável.

3.2.2. O livre-arbítrio é um bem em si mesmo

De certo, a definição da essência do pecado, mostra que ele procede do livre-arbítrio. Para Agostinho, é próprio da vontade escolher o que cada um pode optar e, somente a vontade, poderá tirar a alma do caminho da retidão. O que se segue é que, o objeto do qual se usa o mal não é censurado, mas sim, o homem que se serviu desse mal. Por essa razão, Agostinho faz um exame do que é cometer o mal:

Em consequência, agora é o momento de examinarmos com cuidado se cometer o mal é outra coisa do que menosprezar e considerarmos os bens eternos – bens dos quais a alma goza por si mesma e atinge também por si mesma, e aos quais não pode perder, caso o ame de verdade, e ir em busca dos bens temporais, como se fossem grandes e admiráveis. Bens esses, experimentados no corpo, a parte menos nobre do homem, e que nada têm de seguro. Para mim, todas as más ações, isto é, nossos pecados podem estar incluídos nessa única categoria (AGOSTINHO, 1995, p. 68).

Contudo, o livre-arbítrio da vontade é um bem em si mesmo, pois como dito antes, todo bem procede de Deus e, ao explicar tal afirmação, ao passo que surge a dúvida de Evódio no diálogo com Agostinho, que o livre-arbítrio da vontade não deveria ter sido dado ao homem, visto que, o homem, serve-se dele para pecar. Em oposição, Agostinho afirma que, é também pelo livre-arbítrio, que o homem age com retidão, e que Deus, com essa intenção, deu ao homem

³⁵ “Pergunto-te, porém: se não encontrasses nada acima da nossa razão, a não ser o que é eterno e imutável, hesitarias chamá-lo de Deus? Pois os corpos são mutáveis, tu o sabes, e a vida pela qual os corpos são animados, em meio à variedade de seus estados, mostra com veemência que esta vida está sujeita a mutações” (AGOSTINHO, 1995, p. 93).

esse bem. Assim, é justificado no diálogo, que: a vontade livre devia nos ter sido dada do mesmo modo que nos foi dada a justiça, da qual ninguém pode se servir a não ser com retidão (AGOSTINHO, 1995, p. 135).

Ademais, assim como o livre-arbítrio, todos os bens como: as virtudes cardeais, a sabedoria e a verdade³⁶, chegam ao homem, unicamente por meio de Deus. A saber, assumindo as verdades de que Deus existe e que todos os bens vêm dele, Agostinho logo conclui, que o livre-arbítrio da vontade, é também um bem, ainda que o homem possa usá-lo para o mal. Com efeito, essa dualidade da vontade livre, isto é, seu uso para o mal ou para o agir com retidão, não descarta sua existência como um bem.

Agostinho define que existem bens corpóreo, ao passo que também existem bens no espírito, estes, por serem bens foram dados por Deus. Todavia, a justiça, por exemplo, ocupa um lugar entre os maiores bens que existem no homem, como as virtudes da alma, com as quais o homem pode levar uma vida boa e honesta. Assim, como a justiça, o homem também não pode abusar nem da força, nem da prudência e nem da temperança, pois, quando inseridas nas quatro virtudes cardeais³⁷, “reina a reta razão, sem qual virtude alguma pode existir. Por certo, pessoa alguma pode abusar dessa reta razão” (AGOSTINHO, 1995, p. 138).

Ademais, das virtudes citadas acima, Agostinho às considera bens muito excelentes. Porém, assim como existem esses bens excelentes que advém de Deus, existem bens médios e também os bens pequenos. A saber, as virtudes pelas quais os homens vivem honestamente pertencem a categoria de grandes bens, enquanto que as diversas espécies de corpos sem os quais pode-se viver honestamente, contam-se entre os bens mínimos; as forças do espírito, que são ditas como as quais o homem não se pode viver de modo honesto, são bens médios. É notório que as virtudes, por serem grandes bens, o homem não as usa mal, enquanto que dos

³⁶ “Agostinho afirma ser a sabedoria um bem, ao dizer que: “Deus não deu a sabedoria aos corpos, nem a todos os seres vivos, mas somente as almas racionais”. Desse modo, ele faz uma analogia da sabedoria e dos números. Ao passo que ele afirma que todos os seres humanos têm um número dado por Deus, isto é, cada homem possui sua razão e espírito. Sendo assim, o número está impresso no espírito, pois esse contém unidade. A verdade é um bem, pois para Agostinho, a sabedoria e os números encontram sua fonte na verdade imutável, a qual não poderia ser negada, pois: “é feliz aquele que desfruta do Sumo Bem”, isto é, da verdade. Porém, é dito por Agostinho, que a verdade é um bem no qual todos podem gozar igualmente e em comum, pois ela acolhe todos aqueles que a amam” (AGOSTINHO, 1995, 124).

³⁷ “Na primeira parte do tratado O livre-arbítrio, Agostinho afirma que a boa vontade do home implica o exercício das quatro virtudes cardeais, sendo essas: a prudência, a força, a temperança e a justiça. A prudência é determinada como o conhecimento daquelas coisas que precisam ser desejadas e das que devem ser evitadas; a força é a disposição da alma para qual o homem despreza todos os dissabores e a perda das coisas que estão sob seu poder; a temperança é a disposição que reprime e retém o apetite para longe daquelas coisas que constituem uma vergonha serem desejadas; e a justiça é a virtude pela qual o homem dá a cada um o que é seu. Para o home levar uma vida feliz ou infeliz, depende de como ele vai usar sua boa vontade, e essa boa vontade, implica no exercício dessas quatro virtudes cardeais” (AGOSTINHO, 1995, p. 57).

bens médios e inferiores o homem pode usá-los para o mal ou para o bem. Todavia, é importante ressaltar que o homem não faz mau uso das virtudes pelo fato de que, “a obra virtuosa consiste precisamente no bom uso daquelas coisas das quais podemos também abusar. Ora, o bom uso nunca pode ser um abuso (AGOSTINHO, 1995).

Por conseguinte, Deus pôs à disposição do homem não só grandes bens, mas também os bens médios e os pequenos³⁸. Com efeito, a exemplo das virtudes cardeais, que são grandes bens, pois o homem não tem como usá-las mal, logo o livre-arbítrio é um bem médio, pois a partir deste, o homem pode fazer mau uso ou bom uso. Contudo, o livre-arbítrio não é mal, mas também não é totalmente um bem.

Em si, a vontade livre não poderia ser um mal; tampouco é um bem absoluto, como a força a temperança ou a justiça, dos quais não se poderia fazer mau uso sem destruí-los; ela é um tipo de bem mediano, cuja natureza é boa, mas cujo o efeito pode ser mau ou bom segundo a maneira pela qual o homem o usa. Ora o uso do livre-arbítrio, está na disposição do próprio livre-arbítrio (GILSON, 2010, p. 277).

Em suma, pelo livre-arbítrio está na disposição do próprio livre-arbítrio, a vontade livre é mestra de si mesma³⁹ e “somente dela, depende o mau uso do bem que ela é”. Todavia, para Gilson (2010), a possibilidade desse mau uso seria, necessariamente, a condição do bom, e também da felicidade que esse bom uso implica. No cerne dos bens imutáveis e universais, que é a verdade, para fruí-lo, a vontade possui a vida feliz, que é o bem supremo do homem. Em contrapartida, quando o homem alcança a vida feliz, isto é, a beatitude, esta não é idêntica à verdade, da qual ela é apenas posse individual.

O que se segue é que, por adesão a única e mesma verdade e a única e mesma sabedoria com a todos, o homem torna-se feliz e sábio, mas este, não pode ser feliz ou sábio através da beatitude de outro homem. Tal é a razão da necessidade do homem possuir uma vontade pessoal e livre, um bem médio em si mesmo, “que permaneça livre para se voltar ao bem supremo e para possuí-lo na beatitude, ou para afastar-se dele para gozar de si mesmo e das coisas inferiores, no que consiste o mal moral e o pecado” (GILSON, 2010, p. 278).

³⁸ “Agostinho aqui quer provar, em uma argumentação bem fortalecida, que o livre-arbítrio é um bem em si. Para isso, Evódio se considera convicto de que Deus existe e que todos os bens procedem Dele (aonde a vontade livre é considerada como um desses bens). Ainda que o homem possa usar mal da liberdade, a sua vontade livre deve ser considerada como um bem e a resposta é clara: porque é concedida por Deus. Agostinho mostra também que ‘deves reconhecer que ela é um bem e um dom de Deus, e que é preciso condenar aqueles que abusam desse bem’. Para continuar sua argumentação no próximo capítulo, Agostinho mostra aqui a existência de ‘graus de bem’ (maior, intermediário e menor), onde a liberdade ocupa um grau médio” (PEREIRA E ARRUDA JÚNIOR, 2018, p. 169).

³⁹ “Segundo Étienne Gilson, a vontade livre é mestra em si mesma, assim como a razão, que como fonte de toda ciência, conhece a si mesma; como a memória, que conservadora de todas as lembranças, lembra de si mesma” (GILSON, 2010).

Ademais, a vontade livre, encontra-se entre os bens supremos e os bens imutáveis, está sendo um bem médio, adere ao bem imutável, do qual pertence a todos em comum, que não é privativo a ninguém, assim como a verdade. Contudo, para Agostinho, quando o homem, adere ao bem imutável, este torna-se para ele um bem privativo, o que confere que, eles são privativos a cada homem e não comum a todos⁴⁰. A saber, mesmo a vontade sendo um bem médio, ao aderir ao bem imutável e universal, ela alcança os primeiros e maiores bens do homem, ao passo que quando ela se afasta desse bem imutável e comum a todos, voltando-se para seu bem particular, seja ele exterior ou interior, tornando-se senhora de si mesma “ para um bem exterior, quando se aplica a apropriar-se das coisas alheias, ou de tudo o que não lhe diz respeito e volta-se para um bem inferior, quando ama os prazeres do corpo”⁴¹ (AGOSTINHO, 1995, p. 141).

Entretanto, para que haja o movimento da vontade, que se afasta dos bens imutáveis, deve haver também um impulso. Esse movimento, isto é, o ato da vontade de afastar-se de Deus, é mal, e este, constitui sem dúvida, o pecado. Porém, como dito anteriormente, esse movimento mal, ou seja, esse defeito, ou a corrupção do homem é voluntário, pois este, está posto sob o poder do homem que, conseqüentemente, é responsabilizado pelo mal. Isso é explicável e, na expressão de Agostinho, “se de fato o temeres, é preciso não o querer; e se de fato não o quiseses, ele não existirá”. Em todo caso, o homem é responsável e cai por si mesmo.

Mas é verdade que o homem que cai por si mesmo não pode igualmente se reerguer por si mesmo, tão espontaneamente. É porque, do céu, Deus nos estende sua mão direita, isto é, nosso Senhor Jesus Cristo. Peguemos essa mão, com fé firme, esperemos sua ajuda com esperança confiante e desejemo-la com ardente caridade (AGOSTINHO, 1995, p. 143).

No início da terceira parte do tratado *O livre-arbítrio*, o autor se volta para a resolução acerca do movimento culpável da vontade livre. Dessa maneira, ele afirma que, se esse movimento, que o homem faz, de se voltar para os bens mutáveis existe, vindo da natureza ou devido à necessidade humana, este homem não pode de modo algum, ser culpado. Ao

⁴⁰ “Agostinho, nesta ideia de busca da sabedoria, expõe aqui uma bela reflexão mostrando que no esforço para o homem tornar-se sábio, ele deixa de lado as coisas mutáveis e liga-se ao Ser único e imutável. A sabedoria regula pelos números a harmoniosa evolução do universo. Ao aproveitar a ideia numérica dos pitagóricos, Agostinho mostra que, por derivarem daquele número que é eterno, funcionam como um condutor para esta ‘Sabedoria eterna’. Infelizes são os que não reconhecem nos seres criados o reflexo da sabedoria de Deus. Eis a fala de Agostinho que mostra a sua argumentação e a importância de perceber na Sabedoria eterna a criação de tudo” (PEREIRA E ARRUDA JÚNIOR, 2018, p. 168).

⁴¹ “No início do Livro III do diálogo de Santo Agostinho *Do livre-arbítrio*, Evódio, seu interlocutor faz uma observação judiciosa mas potencialmente perturbadora. Se, diz ele, o movimento da nossa própria vontade, com vistas ao seu objeto, for voluntário e estiver dentro do limite do nosso próprio poder, seremos dignos de louvor quando nos dedicarmos à realização de objetos superiores, ou merecedores de censura quando, pelo contrário, dermos preferência a objetos inferiores. Evódio acrescentou então essa extraordinária pergunta: ‘Como pode ser que, se Deus antevê tudo o que acontecerá no futuro, tenhamos necessariamente que pecar?’ ” (MATTHEWS, 2007, p. 149).

analisar o movimento da pedra que, ao ser movida, isto é, jogada para cima, pois em virtude do seu peso ela volta para a terra. Utilizando de premissas utilizadas na primeira parte do livro, que “nada pode sujeitar o espírito a paixão, a não ser a vontade”, Ele afirma, ademais, o seguinte:

Porque nem um agente superior nem um igual podem constrangê-la a esse vexame, visto que seria injustiça. Tampouco, um agente inferior, porque não possui poder para tal. Resta, portanto, que seja próprio da vontade aquele movimento pelo qual ela se afasta do Criador e dirige-se às criaturas, para usufruir delas. Se pois, ao declarar esse movimento culpável (e para ti apenas duvidar disso parecia irrisório), certamente, ele não é natural, mas voluntário (AGOSTINHO, 1995, p. 150).

Assim como o movimento que arrasta a pedra para o chão é também o movimento da alma. O que difere o movimento da pedra do movimento da alma, é que a pedra não possui o poder de reter o movimento que a arrasta para o chão, enquanto que a alma pode não querer esse movimento. Contudo, o movimento da pedra, é natural, mas o da alma não, pois este, é voluntário e, este movimento se não fosse voluntário e nem mesmo posto ao poder do homem, não seria digno de louvores quando o homem voluntariamente se voltasse para os bens superiores, ao passo que não poderia ser o homem culpado quando se inclinasse para os bens inferiores⁴².

4. CAPÍTULO 3 - O LIVRE-ARBÍTRIO E A GRAÇA

4.1. A doutrina da Graça

A discussão agostiniana sobre a graça é, essencialmente, interligada à do livre-arbítrio e começa com a controvérsia de Pelágio. O bispo de Hipona se contrapõe a ideia de Pelágio, que defendia que o homem possuía uma vontade humana capaz de não se voltar para o pecado por conta própria, isto é, sem o auxílio divino. Na obra, intitulada *A Graça* (427), Agostinho afirma que “o fato de o ser humano viver sem pecado pertence à esfera humana e é a ação mais excelente, visto que por ela se realiza a plena e perfeita santidade na sua máxima expressão” (AGOSTINHO, 1999, p. 15).

Dessa maneira, ele frisa ser inacreditável a existência de uma pessoa que realize tal ação, apontando logo depois, que “embora pertença ao homem, realizá-la é também uma dádiva

⁴² “A pedra que cai, não cai sem causa, mas cai sem motivos: ela não tem o livre-arbítrio; ao contrário uma vontade que quisesse sem motivos seria uma noção contraditória e impossível; não se pode suprimir o livre-arbítrio sem no mesmo instante, destruir, no mesmo golpe, a vontade” (GILSON, 2010, p. 298).

divina” (AGOSTINHO, 1999, p. 15). Para nosso autor, ao fazer tais afirmações em defesa da graça, ele assegurava ser mais tolerável a possibilidade do homem viver sem pecado do que a negar a graça⁴³.

Ademais, os pelagianos contestaram o conceito de pecado original e as consequências que ele trouxera para o homem. Todavia, ao mesmo tempo, eles reafirmavam a tese de que o livre-arbítrio da vontade, era a única causa do pecado no primeiro homem, mas negavam a tese que a humanidade é pecadora por conta do pecado original. De acordo com Costa (2014), os pelagianos, defendiam, uma igreja perfeita e, desse modo, não encontravam nenhuma desculpa para o homem permanecer em pecado, pois da mesma maneira que o homem peca voluntariamente, ele pode também livrar-se do pecado por conta própria.

Na sua obra, *Sobre a natureza e a graça*, Agostinho narra que Pelágio defendia, que o homem deveria recorrer a misericórdia de Deus, isto é, a ajuda médica do Salvador, somente ao perdão dos pecados, negando a necessidade de ajuda para os pecados futuros⁴⁴. Para Agostinho (2018), Pelágio se enganava nesse ponto, pois se assim fosse, não teria motivos para o homem continuar em oração e vigilância, para não cair em tentação.

Com efeito, Pelágio acreditava que as faltas do homem eram responsabilidade dele, mas o homem mesmo poderia curar-se pelos seus próprios esforços. Para os seguidores dessa doutrina, o pecado de Adão não manchou seus descendentes, isto é, para eles ainda hoje o homem é bom e, caso não seja, ele pode, com um ato de vontade, retornar ao bem sem a necessidade do auxílio divino. Apontando esses fatos, Pelágio nega a necessidade da graça para livrar o homem do mal que ele mesmo causou, pois, o remédio do homem é a sua vontade própria.

Ele acreditava é que a graça já fora implantada no homem no momento da criação, pois “a graça não é nada mais do que a confirmação ou justificação por parte de Deus do mérito dos homens em uso da liberdade” (COSTA, 2012, p. 48), isto é, a graça age no homem por meio da liberdade, ela está no homem quando este, escolhe o bem.

⁴³“Étienne Gilson, afirma que para que seja entendido o problema da graça, deve-se começar pelo fato do livre-arbítrio não está em questão quanto a esse problema. “O que pode ser explicado devido ao fato de, confundir o livre-arbítrio com a vontade, pois a vontade não é um bem intransferível ao homem. Em nenhum momento e sob nenhuma forma o livre-arbítrio do homem pode estar em questão. Certamente a escolha voluntária nunca ocorre sem motivos, e alguns motivos podem pesar sobre ela com uma força irreversível; o livre-arbítrio é precisamente uma escolha que se exerce em virtude de motivos” (GILSON, 2010, p. 298).

⁴⁴ “Mas os que não são contados no número de todos estes que pecaram e estão privados da glória de Deus, conforme eles dizem, não precisam ser cristãos, pois não são os que têm saúde que precisam de médico, mas sim os doentes, visto que ele não veio chamar justos, mas pecadores” (Mt 9,12-13).

Com efeito, Deus ou a graça é apenas uma causa remota das boas ações do homem, uma vez que ele também é o autor da natureza humana. Como assinala Costa (2014), referindo-se aos pelagianos, prevalece, nessa perspectiva, que o autor principal é o homem, pois este, pode com seus próprios esforços alcançar a perfeição e, conseqüentemente, receber a graça da salvação.

Ora, nesse conflito, Agostinho reconheceu a tese pelagiana de que a natureza do homem é boa em si, uma vez que todo ser vem de Deus e Deus é o Sumo Bem e, reconheceu também, que o livre-arbítrio da vontade é a única causa do mal. Em defesa da graça divina, Agostinho é, por assim dizer, “coagido”, a defender que a natureza do homem se encontra decaída e impossibilitada de levantar-se por conta própria, pois Deus não haveria de criar uma natureza viciada e, conclui, que alguma coisa a corrompeu, isto é, o pecado original.

Por essa razão, existe a necessidade da graça de Cristo como remédio para curar a humanidade dos destroços que causou o pecado original cometido por Adão⁴⁵. Ao defender a natureza humana que está decaída, Agostinho não afirma que o homem perdeu totalmente a liberdade com o pecado de Adão, ou que ele não possa fazer nada em prol da sua salvação; ao contrário, o homem continua agindo por livre vontade. Para Agostinho, o livre-arbítrio por si só, não leva o homem a alcançar a perfeição, pois esta, ele só alcança com a graça divina (COSTA, 2014). Nesse sentido, é que o bispo de Hipona acentua a necessidade de desdobrar a interface entre a graça e o livre-arbítrio.

4.1.1. A doutrina da graça e o livre arbítrio

A doutrina da graça, associa-se a do livre-arbítrio pois está, também foi dada ao homem por Deus e, sendo assim, ela também é um bem⁴⁶. Sendo um soberano bem, Deus se basta, e desta forma, é de maneira gratuita, que ele dá tudo o que dá ao homem e, nesse sentido, não existe qualquer uma de suas obras que não seja uma graça. Assim sendo, a natureza é uma graça, porém, acima dela existe uma maior, a graça propriamente dita.

Desta maneira, Gilson (2010, p. 280), afirma que acima dela [graça] encontra-se outra muito diferente, e esta, deixa de ser aquela pela qual o Verbo eterno fez certos homens,

⁴⁵ “E se Cristo não morreu em vão, é somente nele que o ímpio encontra justificação, pois em quem crê naquele que justifica o ímpio, é sua fé que é levada em conta de justiça (Rm 4,5). Sendo que todos pecaram e todos estão privados da glória de Deus — e são justificados gratuitamente, por sua graça, em virtude da redenção pelo seu próprio sangue” (Rm 3,23-24).

⁴⁶ “Ele (Agostinho) descreve a volição da segunda ordem de maneira variada como uma aceitação da graça, um desejo de vontade justa, um desejo de que Deus faça a vontade boa, uma vontade para crer, ou mesmo apenas como fé” (STUMP, 2016, p. 220).

seus fiéis. É a própria graça. É importante conhecer ambas, compreender suas necessidades e descrever, conseqüentemente, seus efeitos.

Grosso modo, antes do pecado original, Adão levava uma vida dedicada a Deus, sem esforços, não cometia pecado algum e, conseqüentemente, não estava submetido a nenhum mal, a nenhuma dor, nem mesmo tristeza, o que fazia dele um homem incorruptível e imortal⁴⁷. Desta forma, ressalta ainda Gilson, o seguinte:

Além desse estado de paz perfeita – *summa in carne sanitas, in anima tota tranquillitas* – o primeiro homem desfrutava de uma luz clara em seu pensamento. Não somente estamos no direito de conjecturá-lo partindo do fato que Adão foi criado sem imperfeições naturais, mas também a Escritura diz expressamente que ele impôs nomes a todas as espécies de animais, indício não desprezível da sabedoria. Enfim, possuindo uma ciência entendida, sem ter penado para adquiri-la, o primeiro homem evitava espontaneamente o erro. A pena na conquista do saber, a ignorância e o erro que se misturam ao saber penosamente conquistado, não estão ligados à instituição primeira de nossa natureza, eles são os castigos do pecado (GILSON, 2010, p. 281, grifos do autor).

Interessante é que, em *A Graça*, Agostinho faz uma comparação da primeira natureza humana, ou seja, a natureza de Adão, com a natureza humana atual. A primeira natureza humana foi criada, no princípio, sem culpa e sem vícios, ao passo que a natureza atual, chamada por Agostinho como a natureza que o homem vem ao mundo como descendente de Adão, tem a necessidade de um médico, pois não goza de sua saúde. Assim, ele mesmo esclarece o seguinte:

O sumo Deus é o criador e autor de todos os bens que ela possui em sua constituição: vida, sentidos e inteligência. O vício, no entanto, que cobre de trevas e enfraquece os bens naturais, a ponto de necessitar de iluminação e de cura, não foi perpetrado pelo seu Criador, ao qual não cabe culpa alguma. Sua fonte é o pecado original que foi cometido por livre vontade do homem. Por isso, a natureza sujeita ao castigo atrai com justiça a condenação (AGOSTINHO, 1999, p. 58).

Ademais, o homem e, até mesmo as crianças⁴⁸, só podem ser salvos pela graça, pois esta, não é dada em consideração aos merecimentos, mas é dada ao homem gratuitamente, e para Agostinho, tal argumento, é o que caracteriza sua concessão como graça. Os homens que pela graça não são libertados, vêm com justiça serem condenados, mesmo que não tenham ouvido ou até mesmo obedecido, “seja também quando pela idade não poderiam ouvir, e não receberam o banho da regeneração que poderiam receber, o qual lhes proporcionaria a salvação” (AGOSTINHO, 1999, p. 58). Para Agostinho, esses levam consigo o pecado, o qual ou

⁴⁷ “As dificuldades de Agostinho se resolveriam se ele pudesse encontrar uma maneira para sustentar que os seres humanos são capazes, por eles mesmos, de rejeitar a graça, sem Deus ser o responsável último por eles fazerem isso. Suponha que Deus ofereça a cada pessoa a graça que produz a vontade de fé, mas está aberto à pessoa recusar essa graça. Então a vontade de fé seria um dom de Deus, mas caberia a vontade a pessoa humana ter essa vontade ou não” (STUMP, 2016, p. 226).

⁴⁸ “Para Agostinho, a natureza humana das crianças é íntegra, enquanto que a natureza humana dos adultos a natureza humana se basta para praticar a justiça se quiser” (AGOSTINHO, 1999).

contraíram na origem ou pelos maus costumes durante a vida, isto é, de uma maneira ou de outra, todos os homens pecam.

Como é relatado nas Sagradas Escrituras, exatamente no livro de Gênesis⁴⁹, Deus havia proibido o homem de comer determinado fruto, desta maneira lhe impôs “a obediência, virtude que, uma criatura racional, é a mãe e guardiã de todas as virtudes” (GILSON, 2010, p. 284). Mas o homem foi desobediente, usou sua vontade e pecou contra Deus.

Ora, é necessário ressaltar, que Agostinho afirma no *O livre-arbítrio*, que a presciência divina não pretendeu destruir o ato livre, pelo contrário, a existência do ato livre é necessária, pois o homem não poderia encontrar nada que esteja a seu poder senão aquilo que ele faz quando quer. Ora, o que se encontra plenamente no poder do homem é a vontade, pois esta, desde que o homem queira, sem demora, pode ser executada (AGOSTINHO, 1995). O homem, pela vontade, carrega a culpa do pecado original e pela mesma vontade, ainda pode cometer más ações.

4.2. O homem e a graça

Agostinho tem argumento explícito no sentido atribuir sucessivamente à graça, todos dons que constituem a instituição primeira da natureza⁵⁰. As Sagradas Escrituras ensinam que o homem foi criado por Deus no estado de perfeição: “o homem gozava a perfeita subordinação do seu corpo à sua alma somente como um dom gratuito do criador” (GILSON, 2010, p. 282). Não obstante, para esse autor francês, o amor pelo qual o homem aderiu a Deus, e do qual decorriam todos os seus outros privilégios, pertenciam a uma generosa e livre divisão divina. O que é chamado hoje de graça santificante.

O homem, gozava no estado de natureza, da imortalidade, pois esse o pertencia, em virtude de outra graça “que não necessariamente decorria de seu estado de justiça original, pois sua imortalidade não consistia em não poder morrer, mas somente em poder não morrer, ao não se separar da ordem da vida da qual ele de fato se reparou pelo pecado” (GILSON, 2010, p. 282).

Preenchido por seus dons nada, porém, do que o homem possuía era seu por direito, seu papel era perseverar para continuar com os dons. “Adão, gozava para perseverar no bem, uma graça tal e qual a que gozamos para nos liberar do mal” (GILSON, 2010, 283). Ele não

⁴⁹ “Vós não comereis dele, nem o tocareis, para que não morrais” (Gn 3. 3).

⁵⁰ Aqui se fala de Adão e do pecado original.

possuía lutas interiores, nem tentações internas e nenhum tipo de perturbação, só vivia em paz no lugar de sua beatitude.

Todavia, logo depois ele preferiu a si mesmo⁵¹, e por essa razão, desviou-se de Deus, tendo assim a Queda. Essa, por sua vez, deve ser considerada em razão de uma simples fraqueza do livre arbítrio da vontade, isto é, é o mau uso do livre-arbítrio, pois Deus, como criado e benfeitor de todos os bens que o homem possui, havia dado ao homem tudo o que era necessário para que ele evitasse a Queda (GILSON, 2010).

A graça chegou ao homem através das consequências do pecado original que, por sua vez, foi concedido pelo livre-arbítrio. Não obstante, para Agostinho, a graça é Cristo, tentando curar a humanidade das consequências do pecado original e não existe homem que, por si só, tenha sido perdoado e vive sem pecado sem o auxílio divino.

Se dizem que lhe foi possível, eis o que é anular a cruz de Cristo, ou seja, afirmar que sem ela alguém pôde viver a justiça pela lei natural e o arbítrio da vontade. Diga-se também aqui: Portanto, Cristo morreu em vão, pois todos poderiam, mesmo que ele não tivesse morrido. E se eram injustos, foram por sua vontade, não porque não pudessem ser justos (AGOSTINHO, 1999, p. 60).

Ademais, conforme o pensamento agostiniano, o pecado original como o que manchou a natureza humana, faz uma distinção entre liberdade e livre-arbítrio, ao passo que o livre-arbítrio é a possibilidade do bem e a liberdade é a necessidade do bem. Para ele, com o pecado original, o homem perdeu a liberdade plena e não o livre-arbítrio. Este, por sua vez, é o que a graça deve ajudar, fazendo com que o homem tenha não só a possibilidade do bem, mas que lhe seja restituída a necessidade do bem (COSTA, 2012). Desta forma, a graça de nenhuma maneira anula o livre-arbítrio, ela devolve a liberdade plena que o homem perdeu no pecado original⁵².

4.2.1. A condição de ambivalência do homem

Decerto, a liberdade é fortalecida pela graça de maneira que o homem retorna para o seu estado de natureza primitiva, onde gozava de uma vida sem pecados e longe do mal. Todavia, a origem do mal se desencadeia na vontade do homem e especialmente em seu orgulho, sendo este último, o desejo de uma posição e de uma independência perversa. Como

⁵¹ Num tratado atrás do outro, Agostinho luta com o problema de tornar Deus a única fonte de todo bem na vontade humana após a Queda, sem tirar dos seres humanos o controle de suas vontades, de modo que Deus se torne responsável pelo mal da vontade humana. Agostinho acaba deixando claro que não pode resolver esse problema e que sabe disso. Por exemplo, numa de suas últimas obras, *De dono perseverantiae*, depois de ter discutido duramente que qualquer bem na vontade humana é dom de Deus, Agostinho imagina um oponente que quer saber que Deus salva aquele que têm a vontade de fé e pune os outros, se é apenas a graça de Deus que causa cada um ter a vontade de fé (STUMP, 2016, p. 226).

⁵² É importante ressaltar que Costa afirma que, na condição decaída que o homem se encontra, só está livre para o mal (COSTA, 2012).

bem realça Gilson (2010), este é o querer que o homem tem de possuir uma dignidade que não é sua e, foi justamente a partir desta confiança em si mesmo que, que o homem buscou o prazer em si mesmo, não vivendo mais sobre a presciência de Deus.

Ademais, não se poderia esperar mais de uma criatura que foi tirada do nada por Deus e que foi adiante mesmo com a tentação do demônio, pois a semelhança a Deus já o teria seduzido se ele já não estivesse buscado prazer em si mesmo e, esse seria “o mal secreto que o ato exterior apenas tornou visível: o orgulho de ser para si mesmo sua própria luz, a recusa de ficar voltado para a verdadeira luz, que, contudo, fazia dele uma luz” (GILSON, 2010, p. 285).

O homem, com efeito, precisa da liberdade da vontade para pecar ou não pecar. Agostinho afirma ser a própria fé um dom da graça, pois na sua empreitada com os pelagianos, ocorre que a graça pode ser só para os cristãos, visto que é dito: “Dizemos que o poder do livre-arbítrio existe em todos os cristãos, judeus e pagãos. O livre-arbítrio é igual em todos, mas os cristãos recebem a ajuda da graça” (AGOSTINHO, 1999, p. 117).

Convém, entretanto, rememorar que Pelágio defende, qualquer que seja o sentido da graça, ela é concedida aos cristãos por seus próprios méritos e, no caso dos não-cristãos, serão julgados e condenados, pois eles possuíam a liberdade, e assim poderiam escolher merecer a graça divina mas fazem mau uso da liberdade que lhes foi concedida. Com efeito, serão recompensados aquele que fazem bom uso de sua liberdade.

Desse modo, fica bem clara a afirmação de Pelágio concernente à doação da graça de acordo com os méritos, qualquer que seja o significado que lhe dê, embora não se expresse com clareza. Pois, ao dizer que hão de ser recompensados os que fazem bom uso da liberdade e, por isso, merecem a graça do Senhor, confessa ser ela pagamento de dívida (AGOSTINHO, 1999, p. 117).

Ademais, Agostinho aponta o recebimento da graça pela fé, senão porque seria dito: “Pela graça fostes salvos? E para não se pensar na salvação pelas obras, acrescentou: Por meio da fé. E evitando que se pense numa atribuição da própria fé sem a graça de Deus, diz: E isso não vem de vós, é o dom de Deus (Ef 2,8) ” (AGOSTINHO, 199, 117), pois se é dito que é retribuição pelos merecimentos, a graça não é dada, mas sim um pagamento por uma dívida de Deus para com o homem.

Dessa forma, para Agostinho os pelagianos atribuem uma fé ao livre-arbítrio a ponto de fazer a fé se assimilar a uma graça devida e não um dom que é gratuito e, assim sendo, não pode ser chamada de graça, ao passo que não é gratuita. Em suma, não é graça (AGOSTINHO, 1999). A graça está para além do querer do homem, pois ele já a tem, o lugar que ela ocupa na escala de bens que Deus deu ao homem, é significativo, pois ela é a cura da

alma humana, isto é, ela é a cura da alma humana que foi manchada pelo pecado original, pelos males da concupiscência.

Dessas consistente argumentações agostinianas, sobre o estatuto e a necessidade da Graça, fica-nos nítido dois pontos fundamentais: 1) o suporte da graça não afeta o arbítrio responsável que o homem precisa considerar ininterruptamente durante seu percurso pela existência no mundo; 2) a graça, é um suporte, digamos, não uma determinação excludente; segundo ponto, que Deus, conforme Agostinho, não abandona o homem; pelo contrário, por amor à sua criatura, oferece-lhe o precioso auxílio da iluminação da graça para que não seja um solitário peregrino no próprio retorno para Deus e, além, disso, o mesmo amor de Deus é capaz de acolher esse peregrino em condições de desvio, de erro. É isso que traduz, exatamente, a expressão de Agostinho que Deus é sumamente bom negação, necessária e óbvia, que qualquer indício do que possa indicar maldade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os aspectos analisados, o problema do mal tende a ser assiduamente pautando, porque que o homem, conhecendo ou desconhecendo o bem, sempre tendeu ao mal. O que explica porque essa questão foi sempre um problema inquietante no contexto de Agostinho e, em contextos posteriores, não poderia ser diferente. No contexto em que Agostinho havia se deparado com tal questão, existiram duas respostas básicas com as quais ele se relacionou: dos maniqueístas aos pelagianos, tal como explicitamos por vários argumentos.

Se o homem pratica o mal e Deus é o criador do homem, então teria Deus a ver com a existência do mal? Será que Deus é conivente ou responsável pelas ações dos homens? Para essas questões, sempre antigas e sempre atuais, encontramos desde Agostinho, que Deus não poderia ser, de nenhuma maneira, o autor do mal. Aliás, já encontramos em Platão repúdio às narrativas que atribuíam maldades aos deuses. Então, no contexto em que estamos tratando claro, já essencialmente cristão, Deus mesmo por ser absolutamente bom, não pode ser responsabilizado nem associado às más ações que o homem comete. Por conseguinte, não podendo criar algo que não seja bom dotou, por isso, com a dádiva do livre-arbítrio sua principal criatura, o homem, para que este, em vez de submeter-se a qualquer espécie de destino, sorte ou infortúnio oprimente, possa escolher suas próprias trilhas. Ademais, isso instiga a refletir também que essa concessão ou doação do livre-arbítrio não poderia ser mais justa, pois se o

homem pratica boas ações ele terá boas recompensas, mas se pratica más ações ele será castigado. O homem tem consciência disso, por isso o livre-arbítrio é racional ou se assenta sobre a razão logo, sobressai, com efeito, a tese de que Deus é, assim, justo.

Associado a essas escolhas que, podem não ser as melhores – dadas as contingências e tendências humanas impõe-se conforme, o argumento também de sensibilidade antropológica de Agostinho, a necessidade da graça. Com efeito, para que o homem consiga o tanto quanto possível evitar as trilhas do mal e seus efeitos nefastos, desde então, a força da graça manifesta também – além da complacência, orientação de Deus do suporte para que, então, se possa fazer boas escolhas diante das possibilidades de bem ou de mal que se apresentam à existencialidade humana.

Vale ressaltar ainda e, a propósito, que o papel da graça, não se trata de determinar as escolhas do homem, isso seria de fato, contradizer o próprio livre-arbítrio. Visto que, como argumentamos no último capítulo ela, a graça, é um dom gratuito, o homem também não a merece por mérito, essa é dom dado por Deus. Ela é, por assim dizer, a ajuda divina, que oferece ao homem um enxergar melhor. A graça é, pois, para ratificar, o que já dissemos, uma espécie de luz que induz o homem a escolhas mais razoáveis e aprimoradas, acerca do bem e do mal e perante sua existência no mundo.

Parece-nos muito coerente e tácito essa célebre e perene tese agostiniana do livre-arbítrio. Teorias ético-políticas, moderno-contemporâneas, isto é, mesmo num contexto dito pós-metafísico ou pós-cristandade retomam, obviamente, por outros prismas ou perspectivas esse conceito ou essa categoria da liberdade pela qual o homem que traça seu perfil de caminhada, isto é, possui o livre-arbítrio e é dono de suas próprias escolhas, é, portanto, imputável pelas suas decisões. Com efeito, este homem se responsabiliza por tudo aquilo que faz, perante o mundo e perante a sociedade. É nesse sentido que está o livre-arbítrio, na decisão que o homem toma perante a sua existência no mundo. Assim, nos parece coerente afirmar que entre as categorias de livre-arbítrio e liberdade, encontramos uma conexão entre Agostinho e os pensadores hodiernos interessados ou focados nessa questão.

Nesse sentido, portanto, essa discursão acerca do livre-arbítrio e da responsabilidade humana no mundo, é atualizada por Agostinho em momentos posteriores. Da mesma maneira que é retomada, na filosofia moderna, por exemplo, no existencialismo sartriano, em que o homem é totalmente responsável por suas ações, embora por outras perspectivas, outras leituras acerca da responsabilidade do homem por suas ações no mundo, sem o auxílio de divino, sem o auxílio de nenhuma graça. De qualquer forma, não nos parece

exagero encerrar frisando que há ou permanece uma relação dialética entre a teoria de Agostinho do livre-arbítrio e aquelas da “liberdade laicizada” do nosso tempo ainda que, ou mesmo quando haja flagrante crivo agudo da crítica dessa sobre aquela.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO. **O livre-arbítrio**, tradução de Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus 1995.
- AGOSTINHO. **A Cidade de Deus**, Trad. J. Dias pereira. 5º edição. São Paulo: Editor: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.
- AGOSTINHO. **A Graça (I); o espírito e a letra; a natureza e a graça; a graça de Cristo e o pecado original**. São Paulo: Paulus, 1999.
- AGOSTINHO. **De libero arbitrio**, in *Obras de San Agustín, tomo XI*, (BAC – Biblioteca de Autores Cristianos, V. Capánaga (dir.); edição bilíngue latim/espanhol, tradução e comentários por Emiliano Lopez), 2º edição, Madri, 1956, p. 675-811.
- AGOSTINHO. **Sobre a mentira**; Tradução de Alessandro Jocelito Beccari, - Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.
- AGOSTINHO. **Sobre a Vida Feliz**. Tradução de Enio Paulo Giachini. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- AGOSTINHO. **Solilóquios ; A vida feliz**. Tradução, introdução e notas Adaury Fiorotti. São Paulo: Paulus, 1998 — (Patrística; 11) Solilóquios: título original: Soliloquia
- AGOSTINHO. **Confissões**; Tradução de Maria Luiza Jardim Amarante; introdução do Roque Frangiotti. São Paulo, 2002.
- ALMEIDA, Alysson Pereira de; ARRUDA JUNIOR, Gerson F. de. Reflexões sobre a obra “O Livre-Arbítrio” de Santo Agostinho: Uma Proposta de Esboço. **Ágora Filosófica**, n. 1 • jan./jun. 2018; Universidade Católica de Pernambuco.
- BÍBLIA SAGRADA AVE-MARIA**. São Paulo: Paulinas, 1986.
- BROWN, Peter Robert Lamont. **Santo Agostinho, uma bibliografia**. Tradução Vera Ribeiro, - 12º ed, - Rio de Janeiro: Record, 2020.
- COSTA, Marcos Roberto Nunes. **10 lições sobre Santo Agostinho**. 4. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- GILSON, Étienne. **Introdução ao estudo de Santo Agostinho**. Tradução Cristiane Negreiros Abbud Ayoub – 2. Ed. São Pulo: Discurso Editorial; Paulus, 2010.

KANT, Immanuel. **Lições sobre a doutrina filosófica da religião**; tradução de Bruno Cunha. – Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2019. – (Coleção Pensamento Humano).

KANT, Immanuel. **Textos Selecionados**; seleção de textos de Marilena de Sousa Chauí; traduções de Tania Maria Bernkopf, Paulo Quintela, Rubens Rodrigues Torres Filho. – 2. ed. – São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MATTHEWS, Gareth B., 1929- **Santo Agostinho: a vida e as ideias de um filósofo adiante de seu tempo**. Tradução, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

STUMP, Eleonore. Agostinho sobre o livre-arbítrio. *In*: STUMP, Eleonore. **Agostinho**. São Paulo: Ideias & Letras, 2016, p. 161- 209.

PLOTINO: **Enéadas I e II** [recurso eletrônico] / Introdução, tradução e notas: Juvino A. Maia. – Dados eletrônicos -João Pessoa: Ideia, 2021.